


ESTADO DO PARANÁ



CÓDIGO TTD: \_\_\_\_\_

Órgão Cadastro:	PMPR		Protocolo:	Vol.:
Em:	28/08/2017 09:34		14.798.202-0	1
RG Interessado 1:	06.475.773-3			
Interessado 1:	MARCOS ROBERTO DE SOUZA PERES			
Interessado 2:	-			
Assunto:	ENSINO SUPERIOR	Cidade:	SAO JOSE DOS PINHAIS / PR	
Palavras chaves:	AUTORIZACAO DE CURSO	Origem:	PMPR/APMG	
Nº/Ano Documento:	-			
Complemento:	PROPOSTA DE CURSO DE PÓS -GRADUAÇÃO			
Código TTD:	-			

Para informações acesse: [www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica](http://www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica)



**ESTADO DO PARANÁ**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA**  
**ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ**



Ofício nº 823/Sec.

São José dos Pinhais, 14 de agosto de 2017.

Magnífico Senhor Reitor:

A Academia Policial Militar do Guatupê, instituição de ensino superior, conforme preconiza a o art. 29, §2º da Lei nº 16.575/2010, vinculada academicamente à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), segundo o art. 6º da Lei nº 17.590/2013, visando à melhoria dos serviços prestados à população paranaense, oferecendo uma formação de maior qualidade aos integrantes da Polícia Militar do Paraná, vem propor o início oficial do programa de pós-graduação *lato sensu*, com cinco cursos, sendo eles:

- a. Pós-graduação *Lato Sensu* em Análise Criminal;
- b. Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Disciplinar Militar;
- c. Pós-graduação *Lato Sensu* em Direitos Humanos e Cidadania;
- d. Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Financeira e Orçamentária;
- e. Pós-graduação *Lato Sensu* em Metodologia do Ensino Superior.

À Vossa Magnificência  
Professor Antonio Carlos Aleixo,  
**Reitor da Universidade Estadual do Paraná.**  
Rua Pernambuco, 858, Centro.  
Paranavaí, Paraná.  
/MRSP

Ofício nº 823/Sec.

2. Solicito a Vossa Magnificência que tais projetos sejam submetidos à homologação dos Conselhos Superiores da UNESPAR, conforme prescrito na Resolução nº 011/2016 do COU/UNESPAR, art. 4º, *caput* e §2º.

3. Saliento que, por força da Lei nº 17.590/2013, art. 6º, §3º, a Academia Policial Militar do Guatupê, para efeitos orçamentários e financeiros, é vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, portanto, tais cursos não gerarão ônus financeiros para a UNESPAR.

4. Informo, também, que para a cobrança das mensalidades e o custeio das despesas dos cursos em voga (pagamento de professores, passagens e hospedagens, material de expediente, entre outras) será firmado convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e da Universidade Estadual do Paraná (FUNESPAR), cujas tratativas de assinatura do convênio estão em sua fase final, através de contatos entre este Comando e a Diretora Presidente da FUNESPAR, Profa. Dra. Danyelle Stringari, Professora Adjunta da UNESPAR.

5. Por fim, solicito que, uma vez aprovados pelos Conselhos Superiores da UNESPAR, os cursos sejam criados por Vossa Magnificência, de forma a iniciar o cronograma de divulgação e seleção de candidatos, reiterando que, por força da Resolução nº 011/2016 do COU/UNESPAR, a tramitação da proposta de criação desses cursos é diferenciada, pela condição especial da Academia Policial Militar do Guatupê em sua vinculação acadêmica à UNESPAR.

Respeitosamente,



Ten. Cel. QOPM Mauro Celso Monteiro,  
Comandante da APMG.



Universidade Estadual do Paraná – Unespar  
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação –  
 PRPPG  
 Diretoria de Pós-Graduação

## ANEXO I

### PROPOSTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – PGLS

Proponente >> Colegiado de Curso >> Conselho de Centro de Área >> Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do Câmpus >> Diretoria de Pós-Graduação >> Conselho de Câmpus

#### IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

<b>Nome do curso:</b>	ANÁLISE CRIMINAL		
<b>Coordenador(a):</b>	1º Tenente QOPM Marcos Peres		
<b>Colegiado:</b>			
<b>Centro de Área:</b>	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS		
<b>Câmpus:</b>	ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ		
<b>Área do conhecimento:</b>	DIREITO PÚBLICO		
<b>Resumo da Proposta:</b>	<p>O presente programa tem por finalidade desenvolver no discente as bases conceituais e técnicas de conhecimento em Análise Criminal, buscando conhecer a importância da produção dessas bases integradas de dados sobre o crime, bem como verificar sua importância das estatísticas criminais com o propósito de controlar e neutralizar manifestações dos fenômenos da criminalidade e violência. Ainda produzir no discente o conhecimento voltado para O estudo dos fenômenos e influências, desenvolvimento a capacidade de determinar prioridade de ações dos profissionais de segurança pública.</p>		
<b>Justificativa:</b>	<p>A premente necessidade de conter a escalada de violência crescente e sem parâmetros requer medidas urgentes capazes de reverter o quadro de insegurança vivenciado pela sociedade. Em resposta a Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio de sua política educativa de enfrentamento à criminalidade violenta, promoverá o presente curso para seus agentes no que concerne ao uso correto e eficaz dos instrumentos e produtos da Análise Criminal alinhados com as melhores práticas desencadeando um conjunto de ações que visam propiciar qualificação aos profissionais de segurança pública, buscando o fortalecimento e a articulação sistêmica dos agentes envolvidos.</p> <p>É comum verificar ações realizadas de forma empírica, sem estabelecer uma correlação dos fatos que são apurados em uma investigação ou durante o planejamento para a realização de operações preventivas, com outros fatos semelhantes ocorridos em locais diversos e em datas anteriores. No Brasil, em geral, a Análise Criminal é embrionária, poucos conhecem a função do analista e por vezes esta atividade é confundida com as ações de inteligência ou com o setor de estatística. É necessária uma mudança de cultura, onde os órgãos de segurança pública voltem suas ações para o trabalho científico e para o estudo e o aprimoramento da Análise Criminal. Por isso, o curso se propõe e capacitar estes agentes a identificar padrões e condições anormais na Segurança Pública e permitir uma avaliação apurada dos cenários e o redimensionamento da prevenção criminal.</p> <p>A Análise Criminal abre caminhos para que a polícia possa tratar de forma multidisciplinar o fenômeno criminal, além de conhecer e utilizar novas tecnologias voltadas para análise dos crimes, subsidiar políticas públicas e dar suporte a gestão administrativa e as áreas operacionais das organizações policiais.</p>		
<b>Objetivos:</b>	Capacitar profissionais da Segurança Pública a desenvolver e utilizar instrumentos e produtos da Análise Criminal, alinhados com as melhores práticas para atuação.		
<b>Público Alvo:</b>	Oficiais e Praças da Polícia Militar, Policiais Civis, Bacharéis em Direito.		
<b>Requisitos para inscrição:</b>	ser bacharel em direito ou áreas afins.		
<b>Crítérios/Etapas de seleção:</b>	análise de currículo e entrevista.		
<b>Carga Horária:</b>	360 horas		
<b>Mínimo de Vagas:</b>	20	<b>Máximo de Vagas:</b>	30



**UNESPAR**  
Universidade Estadual do Paraná

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

QUADRO DE DISCIPLINAS

	Disciplina	Carga horária	Ementa
01	Introdução a Análise Criminal	15 horas	Histórico da análise criminal, análise da polícia moderna, emulação do modelo londrino.
02	Teorias Criminais: A criminologia ambiental	15 horas	Noções elementares da criminologia: o delito, o delinquente, as causas do crime. História das Ideias Criminais. O pensamento criminológico contemporâneo.
03	Produção do Conhecimento: metodologia	30 horas	Tipos de conhecimento. Fundamentos e procedimentos de Produção do Conhecimento. Tipos de pesquisa. Fundamentos da metodologia científica
04	Fundamentos de Estatística	45 horas	Conceituais: Por que estudar estatística? Noções preliminares de estatística. Séries estatísticas. Apresentação de dados.
05	Análise Criminal como Estratégia de Contraineligência nas Ações de Segurança Pública	30 horas	Conceituais: contraineligência. Procedimentos. Atitudinais.
06	Sistema de Informação Geográfica	45 horas	Conceituais: Sistema de Informação Geográfica, Introdução ao mapeamento criminal, Tecnologia de geoprocessamento.
07	Análise de problemas e Indicadores	45 horas	Conceituais: Indicadores demográficos e de saúde. Sistema de informação sobre mortalidade. Banco de dados. Análise de problemas criminais.
08	Análise de Cenários e Riscos	15 horas	Cenário. Ameaça. Vulnerabilidade. Percepção do risco. Procedimentos. Segurança e equilíbrio. Avaliação de cenários de risco.
09	Tecnologias de Software aplicadas à Análise Criminal	60 horas	Conceitos essenciais em tecnologia de Geoprocessamento; Business intelligence aplicada à Análise Criminal; Sistemas aplicativos: comerciais e softwares livre; Uso de software para mapeamento e análise livre; Uso de software para mapeamento e análise de informações georeferenciadas.
10	Geoprocessamento e mapeamento criminal	60 horas	Introdução ao geoprocessamento e mapeamento criminal. Sistema de Informação Geográfica (SIG). Aplicação de um significado no planejamento. Tipos e produção de mapas. Funções e o uso do mapeamento na análise criminal.



## PLANOS DE ENSINO

<b>Disciplina:</b>	INTRODUÇÃO À ANÁLISE CRIMINAL
<b>Docente:</b>	MAURO CELSO MONTEIRO
<b>Carga horária:</b>	15 horas
<b>Ementa:</b>	Histórico da análise criminal. A análise da Polícia Moderna. A evolução do modelo londrino. Nova vertente. A ascensão da análise criminal. A criação do Programa Padronizado de Registro de Crimes (Uniform Crime Reporting Program – UCR). A consolidação da Análise Criminal nos EUA. A Era de Ouro. A Análise Criminal e as Novas Abordagens na Prevenção de Crimes. Situação no Brasil. Fundamentos: Análise criminal conceitos. Finalidade. Funções da análise criminal. Tipos de análise criminal (AC Tática, AC Estratégica, AC Administrativa). A análise criminal nas Polícias Padrão do Crime. Tendência do Crime. Análise Temporal. Análise Espacial. 02. Procedimentos: Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos.
<b>Objetivos:</b>	Desenvolver o entendimento do histórico da análise criminal, bem como suas peculiaridades. Realizar análises situacionais no Brasil e no Mundo. Aprimorar conceitos sobre os tipos de análise criminal.
<b>Conteúdos:</b>	Histórico da análise criminal. Polícia Moderna. Evolução de modelo londrino. Programa Padronizado de Registro de Crimes. Função da Análise Criminal. A Era do Ouro. Situação no Brasil. Análise Temporal. Análise de crimes.
<b>Procedimentos metodológicos:</b>	Exposições dialogadas, leitura de textos; estudos dirigidos; estudos de casos; atividades em grupo.
<b>Avaliação:</b>	a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b>	Associação Brasileira de Normas e Técnicas. NBR 6022; informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Mai. _____. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. Ago. _____. NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT 2003. Mai. _____. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.mai. _____. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Nov. _____. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. Ago. _____. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. Dez. atualizada 17 mar. 2011. _____. NBR 15287: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT. 2005. Dez. atualizada 17 mar. 2011. ALBERGARIA, J. S. (1978). Noções de Criminologia. Belo Horizonte: Editora Lemi S.A. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1998. D'ROSA, V. Tudo o que você gostaria de saber sobre a metodologia da produção do conhecimento científico, mas não tinha para quem perguntar: Artigo Científico. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2007. BEATO FILHO, C. C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 13, n.37, p.2-19, jun. 1998. BECKER, H. S. Estudo de praticantes de crimes e delitos. In: Métodos de pesquisa em ciências sociais. 4. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. P.153-178. BOBA. R. (2005). Crime Analysis and Crime Mapping. Califórnia: Sage Publications, Inc. BOHM, R.M. (2001). A Primer on Crime and Delinquency Theory. 2 nd. Ed. Belmont, Wadsworth. BRENNER, G. A racionalidade econômica do comportamento criminoso perante a ação de incentivos. Porto Alegre. UFRGS-IEPE, 2001. (Tese de Doutorado). BRUCE, C. W. (2004). Fundamentals of Crime Analysis. In: Exploring crime analysis: readings on essential skills. Organização: Cristopher W. Bruce, Julie Cooper, Steven R. Hick. Overland Park, KS: International Association of Crime Analysts Press. CANO, I., & SOARES, G. D., (2002). As Teorias sobre a causa da criminalidade. Rio de Janeiro: IPEA. CLARKE, R. V. (2008) Situational Crime Prevention. In: Environmental Criminology and Crime Analysis. Portland. OR: Willian Publishing.



CLARKE, R. e ECK, J. Crime Analysis for Problem Solvers In 60 Small Steps. Center for Problem Oriented Policing – U. S Department of Justice, 2003.

CORNISH, D. B & CLARKE, R. V. (2003). Opportunities, precipitators and criminal decisions: A reply to Wortley's critique of situational crime prevention. In M. Smith and D. B. Cornish (Eds). Theory for Practice in Situational Crime Prevention – Crime Prevention Studies Vol. 16. Monsey, NY: Criminal Justice Press.

DANTAS, G. F. de L., & SOUZA, N. G. de. (2004). As bases introdutórias da Análise Criminal na Inteligência Policial. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM).

FAJNZYLBER, P. ARAUJO JR., A.F. Violência e Criminalidade. In: Meneses- Filho, N.A e Lisboa, M.B (org). Microeconomia e sociedade no Brasil. Contra capa/FGV, 2001.

FELSON, M., & CLARKE, R. V. (1998). Opportunity Makes the Thief. Police Research Series, Paper 98. Policing and Reducing Crime Unit, Research, Development and Statistics Directorate. London: Home Office.

FERNANDEZ, J.C. A economia do crime. Revista Leader. Edição n.35. Fev./2003.

FERRO JUNIOR, C. M. (2007) A inteligência organizacional, análise de vínculos e investigação criminal: um estudo de caso na Polícia Civil do Distrito Federal. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação. Universidade Católica de Brasília.

GOLDBERG, S. O alarmante custo da violência. 2004. Disponível em: [HTTP://www.terra.com.br/dinheironaweb/139/entrevista/ent139\\_01.htm](http://www.terra.com.br/dinheironaweb/139/entrevista/ent139_01.htm) Acesso em: 18 set. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MASRCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico: Procedimento Básicos: Pesquisa Bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos. 5 ed. Ver. Amp. São Paulo: Atlas, 2001.

<b>Disciplina:</b>	Teorias Criminais: A Criminologia Ambiental
<b>Docente:</b>	VALDIR GOEDERT FILHO
<b>Carga horária:</b>	15 horas

**Ementa:** Noções elementares da Criminologia: o delito, o delinquente, as causas do crime. História das ideias criminológicas. Escola Clássica de Beccaria; Escola Positiva de Lombroso; Teorias Sociológicas do Crime enquanto fato social ao processo de criminização; Teorias Psicológicas do Crime: as psicopatologias à construção psico-social do crime; O pensamento criminológico contemporâneo; A escola de Chicago; A criminologia pós-moderna. Criminologia ambiental: repetição dos delinquentes, vítimas e ambientes. A Pesquisa Científica. Tipos de Pesquisa. Planejamento da Pesquisa. Metodologia. Cronograma. Orçamento. Relatório de Análise.

**Objetivos:** Capacitar o discente sobre os elementos da criminologia: o delito propriamente dito, as causas do crime. Explanar as Teorias Sociológicas do Crime, bem sua construção psico-social.

**Conteúdos:** Elementos da Criminologia. História da Criminologia. Escola Positiva de Lombroso. Teorias Psicológicas do Crime. Criminologia Ambiental. A Pesquisa Científica. Tipos de Pesquisa.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas; leituras de textos; estudos dirigidos; estudos de caso; atividades em grupo.

**Avaliação:** a critério do docente

**Bibliografia:**

Associação Brasileira de Normas e Técnicas. NBR 6022; informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Mai.

\_\_\_\_\_. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. Ago.

\_\_\_\_\_. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.mai.

\_\_\_\_\_. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Nov.

\_\_\_\_\_. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. Dez. atualizada 17 mar. 2011.

BARATTA, A. Criminologia crítica e a crítica do direito penal: a introdução à sociologia do direito penal: a introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: REVAN, 2001.

BECACARIA, C. Dos delitos e das penas. São Paulo: Hemus, 1997.

CLARKE, R. V. Situational crime prevention. New York: Harrow and Heston, 1992.

D'ROSA, V. Tudo o que você gostaria de saber sobre a metodologia da produção do conhecimento



FOLHA Nº 009  
 (m)

científico, mas não tinha para quem perguntar: Artigo Científico. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2007.  
 BEATO FILHO, C. C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 13, n.37, p.2-19, jun. 1998.  
 FERNANDES, N. & FERNANDES V. Criminologia Integrada. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.  
 HARRIES, K. Mapeamento da criminalidade.. Disponível em: HTTP://www.crisp.ufmg.br/livro.htm. Acesso em: 26 abr. 2006.  
 TAYLOR, Y.; WALTON, P.; YOUNG, J. La nueva criminologia: contribucion a una teoria social de la conducta desviada. Buenos Aires: Amorroutu, 1997.

<b>Disciplina:</b>	PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: METODOLOGIA
<b>Docente:</b>	DANYELLE STRINGARI
<b>Carga horária:</b>	30 horas

**Ementa:** Produção do conhecimento. Conhecimento Filosófico. Conhecimento Teológico. Conhecimento Científico. Fundamentos e Procedimentos de Produção do Conhecimento. Tipos de Pesquisa. O Planejamento da Pesquisa. Relatório de Análise.

**Objetivos:** Incentivar ao discente a importância da construção textual, seus elementos e peculiaridades. Desenvolver os tipos de pesquisa e sua aplicabilidade.

**Conteúdos:** Produção científica. Tipos de conhecimento. Tipos de Pesquisa. Conhecimento científico. Planejamento. Pesquisa. Relatório de Análise.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas; leitura de textos; estudos dirigidos; estudos de casos; atividades em grupo.

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**  
 Associação Brasileira de Normas e Técnicas. NBR 6022; informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Mai.  
 \_\_\_\_\_. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. Ago.  
 \_\_\_\_\_. NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT 2003. Mai.  
 \_\_\_\_\_. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.mai.  
 \_\_\_\_\_. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Nov.  
 \_\_\_\_\_. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. Ago.  
 \_\_\_\_\_. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. Dez. atualizada 17 mar. 2011.  
 \_\_\_\_\_. NBR 15287: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT. 2005. Dez. atualizada 17 mar. 2011.  
 DIEDRICH, M.M. Bê-a-ba da metodologia de trabalhos acadêmicos e científicos: uma orientação prática a alunos de graduação e de pós graduação. 2 a Ed. Passo Fundo: IMED, 2009.  
 LAKATOS, Eva Maria; MASRCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico: Procedimento Básicos: Pesquisa Bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos. 5 ed. Ver. Amp. São Paulo: Atlas, 2001.  
 SEVERINO, A. J. Metodologia de Trabalho Científico. 21 a. Ed. Rev. Amp. São Paulo: Cortez, 2001.

<b>Disciplina:</b>	FUNDAMENTOS DE ESTATÍSTICAS
<b>Docente:</b>	ITACIR ANTONIO ALVES PEREIRA
<b>Carga horária:</b>	45 horas

**Ementa:** Conceitos de Estatística. Por que estudar estatística? Noções preliminares de estatística. Séries estatísticas. Apresentação de dados. Introdução às diversas ferramentas de auxílio a análise



criminal. A importância do aperfeiçoamento das técnicas/metodologias de Análise para a atuação profissional.
<b>Objetivos:</b> Explanar os conceitos de estatística, proporcionando ao discente o entendimento da seleção de dados e importância desses dados para a análise criminal.
<b>Conteúdos:</b> Estatística. Os motivos de se estudar estatística. Noções de estatística. Apresentação de dados.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas;
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> ANDERSON. et al. (2007) <i>Estatística Aplicada à Administração e Economia</i> . 2ª Ed. São Paulo: Cengage Learning. ARA, A. B. MUSETTI, A. V. SHNEIDERMAN, B. <i>Introdução à estatística</i> . São Paulo: EgardBlucher: Instituto Mauá de tecnologia. 2003. 152 p. CARVALHO, S. CAZORLA, I. M. <i>Curso de Pacotes Estatísticos</i> . UESC. Ilheus. Ago 2003. FERREIRA, D.F. <i>Estatística básica</i> . Lavras: UFLA, 2005. MAGALHÃES, L. C. <i>Análise Criminal e Mapeamento da Criminalidade – GIS Anais do Fórum Internacional de Gabinetes de Gestão Integrada</i> , São Luis, Maranhão, novembro, 2007. REGAZZI, A. <i>Curso de iniciação à estatística (apostila)</i> . Universidade Federal de Viçosa – MG, 1997. 136 p. LAKATOS, Eva Maria; MASRCONI, Marina de Andrade. <i>Metodologia do Trabalho Científico: Procedimento Básicos: Pesquisa Bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos</i> . 5 ed. Ver. Amp. São Paulo: Atlas, 2001.

<b>Disciplina:</b>	ANÁLISE CRIMINAL COMO ESTRATÉGIA DE CONTRAINTELIGÊNCIA NAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA
<b>Docente:</b>	ALESSANDRO EDUARDO MACENO
<b>Carga horária:</b>	30 horas

<b>Ementa:</b> Contrainteligência e seu Escopo Constitucional de Segurança Pública. Enquadramento constitucional da contrainteligência. A análise criminal e a gestão de informação. Sistematização e organização da informação como estratégia de gestão do conhecimento.
<b>Objetivos:</b> Entender os conceitos de inteligência e contrainteligência e sua importância para a Segurança Pública. Verificar a organização da informação e gestão de conhecimento.
<b>Conteúdos:</b> Contrainteligência. Escopo Constitucional. Enquadramento da contrainteligência. Gestão de informação. Gestão de conhecimento.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas, leituras de texto, estudos dirigidos, estudos de caso, atividades em grupo.
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> ANSOFF, H. L.; McDONELL, E. J. <i>Implantando a administração estratégica</i> . 2 ed. São Paulo: Atlas, 1993. BRASIL. Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Cria o subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência e da outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 dez. 2000. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br">www.planalto.gov.br</a> . Acesso em 30 out. 2004. _____. Brasília, Distrito Federal, 12 abr. 2001. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br">www.planalto.gov.br</a> . Acesso em 30 de out. 2004. FURTADO, V. <i>Tecnologia e Gestão da Informação na Segurança Pública</i> . Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 264 p. KRIZAN, L. <i>Intelligence Essentials for everyone</i> . Washington, DC: Joint Military Intelligence College, 1999. PETERSOSN, M. B. <i>Applications in criminal analysis</i> . United States: Praeger, 1994; 312 p. TARAPANOV, K. <i>Inteligência organizacional e competitiva</i> . São Paulo: UNB, 2001. REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Brasília: Abin, v. 2, n. 2, abr. 2006. 93.

<b>Disciplina:</b>	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICAS
<b>Docente:</b>	NELSON ARGENTINO SOARES JUNIOR



**Carga horária:** 45 horas

**Ementa:** 01. Sistema de Informação Geográfica (SIG). Histórico. Formato de Dados. Manipulação e Integração dos dados espaciais. Tipos de sistema de informação geográfica. 02. Introdução ao mapeamento criminal. 03. Tecnologia de Geoprocessamento. Tipos de Aplicativos de Sistemas. 04. Business Intelligence Aplicado a Análise Criminal.

**Objetivos:** Demonstrar o Sistema de Informação Geográfica, seu histórico e os formatos de dados. Compreender o funcionamento do sistema de informação geográfica.

**Conteúdos:** Histórico. Formato de dados. Sistema de Informação Geográfica. Mapeamento Criminal. Tecnologia de Geoprocessamento. Aplicativos de Sistemas.

**Procedimentos metodológicos:** exposições dialogadas; leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso, atividade em grupo.

**Avaliação:** à critério do docente

**Bibliografia:**

BLASCHKE, T. & KUX, H. (orgs). (2005). Sensoriamento Remoto e SIG: novos sistemas sensores: métodos inovadores. São Paulo: Oficina de Textos.  
 BURROUGH, P. A. Principles of Geographical Information Systems – Spatial Information Systems and Geostatistics, Oxford: Claredon Press, 1998, 335p.  
 CAMARA, C. & DAVIS, C. (1996). Fundamentos de Geoprocessamento, Livro on-line. Disponível em: [www.dpi.inpe.br](http://www.dpi.inpe.br).  
 CAMARA, G. & MEDEIROS, J.S. (1998). GIS para Meio Ambiente. INPE. São José dos Campos, SP.  
 CAMARA, G. , CASANOVA, M. A., HEMERLY, A.S., MAGALHÃES, G.C., MEDEIROS, C. M.B. (1996). Anatomia de Sistemas de Informação Geográfica. Campinas: Instituto de Computação, UNICAMP, 197 p.  
 DICIONÁRIO DE GIS (On-line). Disponível em: [HTTP://www.fatorgis.com.br/aplicativos/dicionario.cgi](http://www.fatorgis.com.br/aplicativos/dicionario.cgi).  
 MENEGUETTE, A. Introdução ao Geoprocessamento. Presidente Prudente (SP): Edição da Autora, 1994.  
 ROCHA, CEZAR HENRIQUE BARBA. Geoprocessamento: Tecnologia Transdisciplinar, Juiz de Fora, MG, Ed. do autor, 2000.  
 RODRIGUES, M. Introdução ao Geoprocessamento. In: Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Geoprocessamento, São Paulo, EPUSP, 1990.

**Disciplina:** ANÁLISE DE PROBLEMAS INDICADORES  
**Docente:** VICTOR RODRIGO AMARAL  
**Carga horária:** 45 horas

**Ementa:** Indicadores demográficos e de saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade – Breve histórico, cobertura e qualidade da informação, principais indicadores. Infraestrutura e meio ambiente e áreas afins. Banco de dados. Utilização de ferramentas (software e hardware) em Segurança. Utilização das informações disponíveis em meio eletrônico/Indicadores de Políticas Públicas (sistemas de informação para a obtenção de indicadores necessários à gestão estratégica de políticas públicas).

**Objetivos:** Verificar os indicadores demográficos de saúde. Entender o Sistema de Informações sobre a Mortalidade. Compreender o funcionamento das ferramentas de software e hardware.

**Conteúdos:** Sistema de Informação sobre Mortalidade. Indicadores demográficos de saúde. Banco de Dados. Ferramentas de software e hardware em segurança. Indicadores de Políticas Públicas. Gestão estratégica de políticas públicas.

**Procedimentos metodológicos:** exposições dialogadas; leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso, atividade em grupo.

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**

Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) [[www.anac.gov.br](http://www.anac.gov.br)];  
 Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) [[www.abrapp.org.br](http://www.abrapp.org.br)];  
 Banco Mundial (The World Bank)[[www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)];  
 Centre for Disease Control and Prevention (CDC; series epidemiológicas)[[www.ede.gov](http://www.ede.gov)]  
 CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. 4. Ed. São Paulo: Makron Books, 1998.  
 D'ROSA, v. Tudo o que você gostaria de saber sobre a metodologia da produção do conhecimento, mas não tinha para quem perguntar: Artigo Científico. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2007.



Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – anuários de Economia Mineral [www.dnpm];  
DIEDRICH, M. M. Bê-a-ba da metodologia de trabalhos acadêmicos e científicos: uma orientação prática a alunos de graduação e de pós-graduação. 2. Ed. Passo Fundo: IMED, 2009.  
Nações Unidas (ONU) [www.un.org ou www.onu – Brasil.org.br];  
RICHARDSON, R. J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.  
SEBRAE [www.sebrae.com.br];  
SEVERINO, A. J. Metodologia de Trabalho Científico. 21 a. Ed. Rev. Amp. São Paulo: Cortez, 2001.  
UNICEF (crianças e adolescentes) [www.unicef.org].

<b>Disciplina:</b>	ANÁLISE DE CENÁRIOS E RISCOS
<b>Docente:</b>	VALDIR GOEDERT FILHO
<b>Carga horária:</b>	15 horas

**Ementa:** Cenário. Ameaça e Vulnerabilidade. Risco e percepção de risco. Análise dos riscos. Tipos de riscos. Mapa de risco. Antecipação e prevenção do risco nas praças esportivas nos grandes eventos. Fases e etapas dos eventos adversos. Segurança e equilíbrio na prevenção e avaliação de cenários de riscos dos fenômenos violentos e desconstrução dos mitos sobre a violência nos estádios.

**Objetivos:** Verificar os cenários que envolvem o risco, tipos de risco, verificar o mapeamento de risco. Entender as Fases e etapas que envolvem os eventos adversos.

**Conteúdos:** Ameaça e Vulnerabilidade. Tipos de Riscos. Mapa de risco. Antecipação e prevenção do risco. Fenômenos violentos. Desconstrução de mitos sobre violência nos estádios.

**Procedimentos metodológicos:** exposições dialogadas; leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso, atividade em grupo.

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**

BARROS NETO, T. P. de. Sem medo de ter medo: Um guia prático para ajudar pessoas com pânico, fobias, obsessões, compulsões e estresse. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.  
BRASIL. Fundamentos doutrinários. Rio de Janeiro: Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra, 2001.  
BRASIL. Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais: OFDA-USAID, 2001.  
BRASIL. Manual do curso de bases administrativas para a gestão de riscos. (BAGER). Brasília: OFDA-USAID, 2001.  
BRASIL. Segurança global da população. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2000.  
FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. (coord). Cultura e poder nas organizações. São Paulo: Atlas, 1989.  
PIQUET CARNEIRO, et al. Estratégias de Controle da Violência Policial: notas de pesquisa, políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. Org: ZAVERUCHA, J. et al. Recife. Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2002.  
CBF- Cadastro Nacional de Estádios de Futebol.  
ANDRADE, V. R. P. Sistema Penal máximo X cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.  
CALDEIRA, T. P. Cidade de Muro: Crime segregação e cidadania em São Paulo. Edusp, 2000.

<b>Disciplina:</b>	TECNOLOGIAS DE SOFTWARE APLICADAS À ANÁLISE CRIMINAL
<b>Docente:</b>	MARCOS ROBERTO DE SOUZA PERES
<b>Carga horária:</b>	60 horas

**Ementa:** Conceitos essenciais em tecnologia de Geoprocessamento; Business intelligence aplicada à Análise Criminal; Sistemas aplicativos: comerciais e softwares livre; Uso de software para mapeamento e análise livre; Uso de software para mapeamento e análise de informações georeferenciadas.

**Objetivos:** Proporcionar ao discente capacitação em tecnologia de geoprocessamento, detalhar a business intelligence aplicada, bem como seus sistemas aplicativos e manejo de softwares.

**Conteúdos:** Tecnologia de Geoprocessamento. Business intelligence. Análise Criminal. Mapeamento e análise livre. Mapeamento e análise de informações georeferenciadas.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas;

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**

FILIFE, Alécio, Professor Especialista (MBA) em Gestão e Análise Criminal, UNIDF.  
Questões Conexas ao Crime e Criminalidade - São as relações humanas de uma sociedade que não são enquadradas na taxonomia penal, entretanto, influenciam de forma direta ou indireta na normalidade do convívio social saudável. O maior exemplo dessa categoria são as atividades consideradas na classe da desordem pública.  
(Art. 157 CPB - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.)  
BOBA, Rachel, **Crime Analysis and Crime Mapping**, Sage Publications, 2005.  
DELADURANTEY, Joseph C. **Intelligence. The Encyclopedia of Police Science. Second Edition.** Editor William G. Bailey, Garland Publishing Inc. New York & London, 1995, p. 386.

<b>Disciplina:</b>	GEOPROCESSAMENTO E MAPEAMENTO CRIMINAL
<b>Docente:</b>	RICARDO CARON
<b>Carga horária:</b>	60 horas

**Ementa:** Introdução ao geoprocessamento e mapeamento criminal. Sistema de Informação Geográfica (SIG). Aplicação de um significado no planejamento. Tipos e produção de mapas. Funções e o uso do mapeamento na análise criminal.

**Objetivos:** Compreender a aplicabilidade do geoprocessamento e o mapeamento criminal; Analisar o funcionamento do SIG.

**Conteúdos:** Geoprocessamento. Mapeamento criminal. Produção de mapas. Mapeamento de análise criminal

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas;

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**

BORBA, Marcos Antônio Wosny, Segurança pública: uma análise crítica sobre o modelo de gestão do Paraná. Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Polícia, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2010.  
GAZETA DO POVO, edição do dia 01 de Maio de 2010. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=998243&tit=Curitiba-e-tres-vezes-mais-violenta-que-Sao-Paulo-E-empata-com-o-Rio>. Acesso em 10/04/2011.  
PERES, Aline; RIBEIRO, Diego. Curitiba é três vezes mais violenta que São Paulo. E empata com o Rio. Gazeta do Povo, Curitiba, 01 mai 2010. Disponível <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=998243&tit=Curitiba-e-tres-vezes-mais-violenta-que-Sao-Paulo-E-empata-com-o-Rio>. Acesso em: 10 abr 2011.  
MINAYO, Maria Cecília de Souza, et al **Análise Temporal da Mortalidade por Causas Externas no Brasil: Décadas de 80 e 90** in MINAYO, Maria Cecília de Souza & SOUZA. Violência sob o Olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro. Editora da FIOCRUZ, 2003.

**CORPO DOCENTE**

	Nome	Instituição	Titulação	Vagas orientação
01	MAURO CELSO MONTEIRO	APMG	MESTRE	3
02	MARCOS ROBERTO DE SOUZA PERES	APMG	MESTRE	4
03	VALDIR GOEDERT FILHO	APMG	MESTRE	4
04	DANYELLE STRINGARI	UNESPAR	(PÓS)DOUTORA	3
05	ITACIR ANTONIO ALVES PEREIRA	APMG	ESPECIALISTA	3
06	ALESSANDRO EDUARDO MACENO	APMG	ESPECIALISTA	4
07	NELSON ARGENTINO SOARES JUNIOR	APMG	DOUTOR	3
08	VICTOR RODRIGO AMARAL	APMG	ESPECIALISTA	4
09	RICARDO CARON	APMG	ESPECIALISTA	3

**CRONOGRAMA**

**CRONOGRAMA GERAL**

Atividade	Período
Período de divulgação	1º set. a 24 nov. de 2017
Período de inscrição	27 nov. a 8 dez. 2017
Seleção	11 e 15 dez. 2017
Resultado da Seleção	18 dez. 2017
Matrícula	18 a 22 dez. 2017
Homologação dos alunos matriculados	29 dez. 2017
Início do curso (Disciplinas)	15 jan. 2017
Encerramento das disciplinas	15 jul. 2018
Prazo final para entrega de monografia	19 nov. 2018
Entrega do Relatório Final	7 dez. 2018

**CRONOGRAMA DAS DISCIPLINAS**

- A ser definido com os professores.

**ESTRUTURA DIDÁTICA**


Controle de frequência: Será feito o controle através de listas de presenças, com a assinatura durante o início de cada hora-aula.
Trabalho de Conclusão: O trabalho de conclusão de curso consistirá num relatório de pesquisa, no format de artigo científico, a ser entregue e avaliado por uma banca composta por três avaliadores.
Certificação: sera emitido certificado de especialista em Análise Criminal para os concludentes do curso, com aproveitamento em todas as disciplinas e no trabalho de conclusão de curso.

**RECURSOS FINANCEIROS (quando for o caso)**

Especificação das despesas	Valor das despesas (R\$)
Obras e instalações	Não há previsão de gastos
Material permanente e equipamentos	3.940,00
Material bibliográfico	3.000,00
Outros serviços de ter. pessoa física	28.260,00
Outros serviços de ter. pessoa jurídica	Custos CAD e Fundação
Passagens e deslocamento com locomoção	4.000,00
Locação equip. de reprografia	2.550,00
Material de custeio	Não há previsão de gastos
<b>TOTAL</b>	<b>41.750,00</b>
<b>CUSTOS RESOLUÇÃO CAD</b>	<b>Não há – Lei 17.590/2013, art. 6º, §3º</b>
<b>CUSTOS CONVÊNIO FUNDAÇÃO</b>	<b>12.000,00</b>
<b>TOTAL COM ENCARGOS</b>	<b>53.750,00</b>

**PREVISÃO DE FONTES DE RECURSOS**

Especificação das receitas	Valor das receitas
Inscrição	Primeira mensalidade
Valor de mensalidades	12*250,00
N. mínimo de pagantes	20
Outras arrecadações	Não há previsão
<b>TOTAL</b>	<b>60.000,00</b>

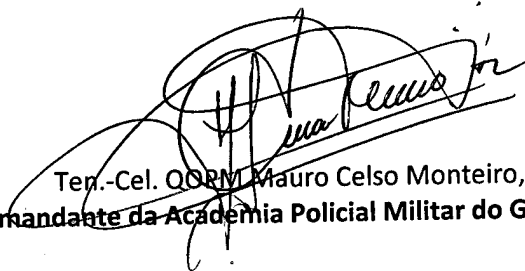
  
1º Ten. QOPM Marcos Roberto de Souza Peres,  
Chefe do Centro de Pesquisa da APMG.

APROVAÇÃO DO COMANDANTE DA ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ

PMPR  
DEP  
APMG  
Gab. Cmdo.

Com base no art. 4º da Resolução nº 011 de 2016, do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Paraná, aprovo a presente proposta de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* e encaminhamento para homologação dos Conselhos Superiores da UNESPAR.

São José dos Pinhais, 14 de agosto de 2017.



Ten.-Cel. QORPM Mauro Celso Monteiro,  
Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê



Universidade Estadual do Paraná – Unespar  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG  
Diretoria de Pós-Graduação

### ANEXO I

#### PROPOSTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – PGLS

Proponente >> Colegiado de Curso >> Conselho de Centro de Área >> Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do Câmpus >> Diretoria de Pós-Graduação >> Conselho de Câmpus

#### IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

<b>Nome do curso:</b>	DIREITO DISCIPLINAR MILITAR		
<b>Coordenador(a):</b>	JORGE CESAR DE ASSIS		
<b>Colegiado:</b>			
<b>Centro de Área:</b>	CIÊNCIAS JURÍDICAS		
<b>Câmpus:</b>	ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ		
<b>Área do conhecimento:</b>	DIREITOS ESPECIAIS		
<b>Resumo da Proposta (Máximo 20 linhas):</b>	Tendo em vista a ampliação das áreas do Direito, a inserção da pós graduação na área jurídico- militar, traz ao profissional a oportunidade de atuação em uma nova área. A implementação do curso visa ampliar o mercado jurídico, capacitando profissionais para atender este setor pouco explorado, propiciando um olhar holístico nas disciplinas que estão diretamente ligadas ao âmbito militar.		
<b>Justificativa:</b>	Considerando o crescimento das áreas do Direito, a implementação do curso visa atender as necessidades dos novos mercados da área jurídica, promovendo conhecimento aos profissionais em uma área que vem ganhando contornos próprios, justificada pela crescente demanda.		
<b>Objetivos:</b>	Propiciar a formação de especialistas em Direito Disciplinar Militar, inserindo-os no conhecimento da doutrina e prática jurídica da Justiça castrense.		
<b>Público Alvo:</b>	Oficiais da Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militares; Bacharéis em Direito; Advogados; Promotores de justiça; Juízes de Direito; Procuradores; Militares do Estado e da Federação; demais operadores do Direito.		
<b>Requisitos para inscrição:</b>	ser Oficial da Polícia Militar, dos Corpos de Bombeiros Militares ou das Forças Armadas, ou ser Bacharel em Direito .		
<b>Crterios/Etapas de seleção:</b>	A seleção de candidatos ocorrerá da seguinte forma: Avaliação de Currículo e Entrevista.		
<b>Carga Horária:</b>	360 horas		
<b>Mínimo de Vagas:</b>	20	<b>Máximo de Vagas:</b>	30

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

QUADRO DE DISCIPLINAS

	Disciplina	Carga horária	Ementa
01	Organização da Justiça Militar	15 horas	A Justiça Militar como órgão do Poder Judiciário Nacional
02	Questões Controvertidas do Direito Disciplinar Militar	15 horas	Manutenção ou extinção da pena de prisão militar
03	Teoria do Direito Disciplinar Militar	60 horas	Introdução ao Direito Militar
04	Processo Civil	45 horas	Fases do processo; as competências civis da justiça quando de ações judiciais contra atos militares das forças armadas e auxiliares
05	Prática do Processo Administrativo	60 horas	Legislação estatutária e disciplinar das forças armadas e da Polícia Militar do Paraná.
06	Direitos Humanos	30 horas	A institucionalização dos direitos e garantias fundamentais
07	Doutrina de Segurança Pública e Defesa da Pátria	45 horas	Segurança Pública e Defesa da Pátria; Prevenção e Combate ao Terrorismo.
08	Direito Constitucional	30 horas	Constituição Federal 1988; A evolução da ordem constitucional e a CF/88
09	Advocacia como função essencial à Justiça	15 horas	Identificar as prerrogativas do advogado, compreender o código de ética e disciplina do advogado.
10	Metodologia para produção de artigo	30 horas	Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Fundamentos da metodologia científica
11	Metodologia do Ensino Superior	15 horas	A organização e o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem através de planos de aulas e dos programas de aprendizagem

PLANOS DE ENSINO

Disciplina:	ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR
Docente:	ALEXANDRE REIS DE CARVALHO
Carga horária:	15 horas/aula

**Ementa:** 01. A Justiça Militar como órgão do Poder Judiciário Nacional; 02. Estrutura da Justiça Militar Estadual; 03. Competência, diferenças e similitudes.

**Objetivos:** verificar as competências do Poder Judiciário, Estrutura e Hierarquia

**Conteúdos:** 01. A Justiça Militar como órgão do Poder Judiciário Nacional; 02. Estrutura da Justiça Militar Estadual; 03. Competência, diferenças e similitudes.

**Procedimentos metodológicos:** aula expositiva; apresentação de seminários; apresentação e discussão de estudos de caso.

**Avaliação:** a critério do instrutor

**Bibliografia:**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 .  
CARVALHO, Maria Beatriz Andrade. A Justiça Militar Estadual: estrutura, competência e fundamentos de existência. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2651, 4 out. 2010.  
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Discricionariedade e Controle Judicial. São Paulo: Malheiros Ltda., 2000.  
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.



<b>Disciplina:</b>	PROCESSO CIVIL
<b>Docente:</b>	VICENTE DE PAULA ATAÍDE JUNIOR
<b>Carga horária:</b>	45 horas/aula

**Ementa:** Fases do processo; as competências civil da justiça quando de ações judiciais contra atos militares das forças armadas e auxiliares, designação da justiça gratuita.

**Objetivos:** Busca-se, a construção de um operar jurídico eminentemente principio lógico, adaptado às constantes mudanças de um mundo globalizado e principalmente das mudanças que vêm sendo implantadas no Direito processual Civil Brasileiro.

**Conteúdos:** 01. Processo e procedimento; 02. A competência cível da Justiça competente para as ações judiciais contra atos disciplinares militares das Forças Armadas e Forças Auxiliares; 03. Espécies de processos cíveis cabíveis nas ações contra atos disciplinares: medidas cautelares cabíveis, ação anulatória, ação reintegratória, ação de indenização, mandado de segurança, liminares, execução cível; 04. Recursos cabíveis; 05. Justiça gratuita, custas e emolumentos, litigância de má fé, consequências.

**Procedimentos metodológicos:** aula expositiva; seminários; apresentação e discussão de estudo de caso.

**Avaliação:** a critério do instrutor.

**Bibliografia:**

ALMEIDA, Roberto Moreira de. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Método, 2009.  
ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. V1. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.  
BRASIL. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, 17 jan. 1973.  
PAIXÃO JUNIOR, Manoel Galdino da. Teoria Geral do Processo. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.  
SILVA, Ovídio Baptista da; GOMES, Fábio. Teoria Geral do Processo Civil. 3 ed. rev e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

<b>Disciplina:</b>	TEORIA DO DIREITO DISCIPLINAR MILITAR
<b>Docente:</b>	JORGE CESAR DE ASSIS
<b>Carga horária:</b>	60 horas/aula

**Ementa:** 01. Introdução ao Direito Militar; O Direito Disciplinar Militar; Natureza do Direito Disciplinar Militar; O caráter constitucional do *habeas corpus*; Evolução constitucional do HC; Evolução infraconstitucional do HC.

**Objetivos:** Capacitar o profissional ao desempenho de atividades ligadas às especificidades do Direito Militar e da Justiça Militar Brasileira.

**Conteúdos:** UNIDADE 01. Introdução ao Direito Militar; 1.1 A noção do direito militar; 1.2 Posição do direito militar no ordenamento jurídico brasileiro; 1.3 Características constitucionais específicas da sociedade militar; 1.4 Natureza jurídica do servidor militar; 1.5 Situação de atividade e inatividade dos militares; 1.6 Deveres, direitos e prerrogativas dos militares.

UNIDADE 02. O Direito Disciplinar Militar; 2.1 Natureza do Direito Disciplinar Militar; 2.2 Disciplina e hierarquia; 2.2.1 Dever e obediência; 2.3 Deontologia militar, 2.4 Os regulamentos disciplinares e sua conformidade com a Constituição Federal; 2.5 O ato disciplinar militar; 2.6 Requisitos do ato disciplinar militar; 2.7 O mérito do ato disciplinar (administrativo); 2.8 Proporcionalidade e razoabilidade do ato disciplinar militar.

UNIDADE 03. 3.1 O caráter constitucional do *habeas corpus*; 3.2 Evolução constitucional do HC; 3.3 Evolução infraconstitucional do HC; 3.4 Natureza Jurídica do *habeas corpus*. Espécies de HC; 3.5 O *habeas corpus* em sede de transgressão disciplinar; 3.6 Efeitos da liminar em HC em sede de transgressão no seio da tropa; 3.7 Cautela do magistrado na concessão de liminares; 3.8 Autoridade competente para apreciar *habeas corpus* em transgressão disciplinar.

UNIDADE 04. Controle Jurisdicional do Ato Disciplinar Militar; 4.1 Órgãos do controle jurisdicional do ato disciplinar; 4.2 Abrangência do controle jurisdicional do ato disciplinar militar; 4.3 Ações típicas de controle do ato disciplinar militar.

**Procedimentos metodológicos:** aula expositiva, seminários, apresentação de estudos de casos.

**Avaliação:** a critério do instrutor.

**Bibliografia:** ABREU, Jorge Luiz Nogueira de. Manual de Direito Disciplinar Militar, Curitiba: Juruá, 2015.  
ASSIS, Jorge César de. Curso de Direito Disciplinar Militar: da Simples Transgressão ao Processo Administrativo. 4ª edição. Curitiba: Juruá, 2013.  
COSTA, Alexandre Henriques da e outros. Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo: Direito Administrativo Disciplinar Militar. São Paulo: Suprema Cultura, 2007.  
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2007.  
OLIVEIRA, Maurício José. Comentários ao Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais, 2ª edição, Belo Horizonte: Diplomata Livros, 2016.  
ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Direito Administrativo Militar: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.  
ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Processo Administrativo Disciplinar Militar: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

<b>Disciplina:</b>	ADVOCACIA COMO FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA
<b>Docente:</b>	JEFFERSON AUGUSTO DE PAULA
<b>Carga horária:</b>	15 horas/aula

**Ementa:** Identificar as prerrogativas do advogado, compreender o código de ética e disciplina do advogado.

**Objetivos:** Entender os avanços ocorridos no regime político vigente, bem como a função do advogado no Estado democrático de direito, seus deveres e objetivos de efetivar os direitos fundamentais e sociais trazidos pela Carta Magna a todos os indivíduos.

**Conteúdos:** 01. Direitos e prerrogativas do advogado; 02. Código de Ética e Disciplina do advogado; 03. A atuação do advogado nas questões e processos disciplinares militares; 04. Responsabilidade pelo atentado ao exercício profissional do advogado; 05. Direito de petição e lei da transparência.

**Procedimentos metodológicos:** aula expositiva, apresentação de seminários, discussão de estudos de caso.

**Avaliação:** aula expositiva, apresentação de seminário, discussão de estudos de caso.

**Bibliografia:**  
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil, V. 1, 12ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2005, p. 239.  
CINTRA, Antonio Carlos Araújo, GRINOVER Ada Pellegrini, DINAMARCO, Cândido de Rangel. Teoria Geral do Processo, 11ª edição, São Paulo: editora Malheiros, 1995.  
Código de Ética e Disciplina da OAB, Publicado no Diário da Justiça, Seção I, do dia 01.03.95, págs. 4.000 a 4.004.  
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. As Funções Essenciais à Justiça e as Procuraturas Constitucionais. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo: n. 36, dez. 1991, p. 20.  
PAIVA, Antonio Lobato de. Supremacia do Advogado Face ao Jus Postulandi. Disponível em: Acesso em: 25 jun. 2007.

<b>Disciplina:</b>	DIREITOS HUMANOS
<b>Docente:</b>	CARINA BARBOSA GOUVEA
<b>Carga horária:</b>	30 horas/aula

**Ementa:** A institucionalização dos direitos e garantias fundamentais, Impacto dos tratados internacionais de Direitos Humanos no direito interno brasileiro.

**Objetivos:** Identificar a importância dos Direitos Humanos como desafio inserido na educação, verificar a relação educação e sociedade. A interdependência entre princípios éticos e os Direitos Humanos.

**Conteúdos:** 01. A institucionalização dos direitos e garantias fundamentais; 02. A Constituição brasileira e a incorporação dos tratados internacionais de proteção aos Direitos Humanos; 03. Impacto dos tratados internacionais de Direitos Humanos no direito interno brasileiro. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes. 04. O deslocamento de competência para a Justiça Federal, nos casos de grave violação de direitos humanos, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais, dos quais o Brasil seja parte; 05. Cultura e prática dos direitos humanos na Polícia Militar e nas Forças Armadas; 06. Capacitação da Polícia Militar e Forças Armadas para o respeito aos direitos humanos; 07. Assédio moral nos quartéis.

**Procedimentos metodológicos:** aula expositiva, apresentação de seminários, discussão de estudos de caso.

**Avaliação:** a critério do instrutor.

**Bibliografia:** CHEREM, Mônica Teresa Costa Souza. Direito Internacional Humanitário. Curitiba, Juruá, 2007.  
COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2007.  
HOLANDA, Cristina Buarque de. Polícia e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Revan, 2005.  
JESUS, José Lauri Bueno de. Polícia Militar e Direitos Humanos. Curitiba: Juruá, 2004.  
MEDEIROS, Aline Oliveira Mendes de. A Promoção dos Direitos Humanos Fundamentais através da Polícia

Militar, Editora Lúmen, 2016.  
MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direitos Humanos e Cidadania à Luz do Direito Internacional. São Paulo: Minelli, 2002.

<b>Disciplina:</b>	DOCTRINA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA PÁTRIA
<b>Docente:</b>	CRISTIANO ISRAEL CAETANO
<b>Carga horária:</b>	45 horas/aula

**Ementa:** Segurança Pública e Defesa da Pátria; Prevenção e Combate ao Terrorismo; Guerra ou conflito armado; Polícias militares e Corpos de bombeiros militares: evolução constitucional, de 1934 até 1988, Força Nacional de segurança pública (aspectos legais e constitucionais).

**Objetivos:** Analisar as características da segurança pública, o papel das forças armadas, identificando a garantia da lei e da ordem. Entender o poder de polícia, avaliando a evolução constitucional da carreira militar.

**Conteúdos:** UNIDADE 01. Segurança Pública e Defesa da Pátria; 1.1 Forças Armadas: Garantia dos Poderes Constitucionais, Garantia da Lei e da Ordem; 02. Atribuições Subsidiárias, Prevenção e Combate ao Terrorismo; 03. Emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise; 04. Expressão militar do poder nacional, segurança, defesa, formas de solução de conflitos; 05. Guerra ou conflito armado; 06. Principais estratégias de emprego de forças armadas; 07. Operações de paz das nações unidas etc.  
UNIDADE 02. 01. Polícias militares e Corpos de bombeiros militares: evolução constitucional, de 1934 até 1988. As diversas reorganizações das PMs pela união. 02. O ciclo completo de Polícia; 03. Poder de polícia *versus* Poder da polícia; 04. Força Nacional de segurança pública (aspectos legais e constitucionais); 05. Intervenção Federal e Estadual, defesa do estado e das instituições democráticas; 06. Convocação e mobilização das Polícias militares e Corpos de bombeiros militares.

**Procedimentos metodológicos:** aulas expositivas, apresentação de seminários, discussão de estudos de caso.

**Avaliação:** a critério do instrutor.

**Bibliografia:**

ALVES, Alberto Bento; MELLO FILHO, Paschoal Mauro Braga. **O Habeas Corpus nas Punições Disciplinares Militares: uma questão controvertida.** In: COSTA, Ilton Garcia; RAMOS, Dircêo Torrecillas; ROTH, Ronaldo João (Coord.). **Direito Militar, Doutrina e Aplicações.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 483-499.  
BATISTA, Américo Donizete. **Segurança pública no Brasil: epistemologia de paradigmas contemporâneos –** Américo Donizete Batista. *Clubjus*, Brasília-DF: 21 out. 2010.  
FREIRE, Moema Dutra. **Acesso à Justiça e Prevenção à violência: Reflexões a partir do projeto Justiça Comunitária.** 2006. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

<b>Disciplina:</b>	PRÁTICA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES
<b>Docente:</b>	CLAUDIO TODISCO SILVEIRA
<b>Carga horária:</b>	60 horas/aula

**Ementa:** Legislação estatutária e disciplinar das forças armadas e da Polícia Militar do Paraná; Apuração Disciplinar de Licenciamento; Conselho de Disciplina.

**Objetivos:** Analisar as competências do processo administrativo, bem como os aspectos relacionados, tal como FATD, Sindicância entre outros.

**Conteúdos:** 01. Legislação estatutária e disciplinar das forças armadas e da Polícia Militar do Paraná; 02. Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD); 03. Sindicância; 04. Inquérito Técnico; 05. Apuração Disciplinar de Licenciamento; 06. Conselho de Disciplina; 07. Conselho de Justificação; 08. Atividade Corregedora na instituição militar.

**Procedimentos metodológicos:** aula expositiva, apresentação de seminários, discussão de estudos de casos.

**Avaliação:** a critério do instrutor.

**Bibliografia:**

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.  
COUTINHO, Sérgio A. de A. **Exercício do comando: a chefia e a liderança militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.  
DECLARAÇÃO Americana dos Direitos do Homem. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA, 9ª edº, 1948, Bogotá. Anais... Bogotá, 1948.  
DIREITOS Humanos: construção da liberdade e da igualdade. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 2000.

<b>Disciplina:</b>	QUESTÕES CONTROVERTIDAS EM DIREITO DISCIPLINAR MILITAR
<b>Docente:</b>	CÍCERO ROBSON COIMBRA NEVES
<b>Carga horária:</b>	15 horas/aula

**Ementa:** Manutenção ou extinção da pena de prisão militar; Recepção ou não do rito do processo decorrente do Conselho de Justificação no tribunal competente.

**Objetivos:** Avaliar as questões que envolvem o direito disciplinar militar.

**Conteúdos:** 01. Manutenção ou extinção da pena de prisão militar; 02. Liberdade de expressão dos militares: crítica ao superior, manifestações nas redes sociais, uso de tatuagens; 03. Recepção ou não do rito do processo decorrente do Conselho de Justificação no tribunal competente.

**Procedimentos metodológicos:** aulas expositivas, apresentação de seminário, discussão de estudos caso.

**Avaliação:** a critério do instrutor.

**Bibliografia:**

BARROSO, Luis Roberto. **Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito**. O triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil. Jus Navigandi, Teresina, a. 9, n. 851, 01 nov. 2005.  
MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

<b>Disciplina:</b>	METODOLOGIA PARA PRODUÇÃO DE ARTIGO
<b>Docente:</b>	LUCIANO BLASIUS
<b>Carga horária:</b>	30 horas/aula

**Ementa:** Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Fundamentos da metodologia científica.

**Objetivos:** Auxiliar o discente na construção da pesquisa.

**Conteúdos:** 01. Fundamentos da metodologia científica; 02. A comunicação científica; 03. Métodos e técnicas de pesquisa; 04. Comunicação entre orientados/ orientadores; 05. Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos; 06. A organização do texto científico ( normas da ABNT).

**Procedimentos metodológicos:** aulas expositivas, apresentação de seminários, discussão de estudos de caso.

**Avaliação:** a critério do instrutor.

**Bibliografia:**

ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira; ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto. **Apostamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica (monografias, dissertações e teses)**: de acordo com a ABNT 2002. 3. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: S. A. Fabris, 2003. 181 p. [702248] STF



808.066 A473 AMC 3.ED.  
 APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004. 300 p. [720270] STF R 001.4 A643 DMC.  
 GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.  
 MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**: para o curso de Direito. São Paulo: Atlas, 2000.  
 SALOMON, Delcio Vieira. **Como Fazer uma monografia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.  
 VIEIRA, Liliane dos Santos. **Pesquisa e monografia jurídica na era da informática**: faça você mesmo de forma prática, rápida e atendendo as normas da ABNT. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

<b>Disciplina:</b>	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR
<b>Docente:</b>	MARCELO TREVISAN KARPINSKI
<b>Carga horária:</b>	15 horas/aula

**Ementa:** A organização e o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem através de planos de aulas e dos programas de aprendizagem; Metodologias didáticas na docência do ensino superior.

**Objetivos:** Promover as práticas metodológicas do ensino superior.

**Conteúdos:** 01. A docência no ensino superior; 02. A organização e o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem através de planos de aulas e dos programas de aprendizagem; 04. O planejamento e as possibilidades didáticas de organização de planos de ensino; 05. Metodologias didáticas na docência do ensino superior; 06. Relação pedagógica na aula universitária e mediação docente; 07. Avaliação do processo ensino-aprendizagem: concepções teóricas e práticas, elaboração de instrumentos avaliativos.

**Procedimentos metodológicos:** aulas expositivas; apresentação de seminários, discussão de estudos de caso.

**Avaliação:** a critério do instrutor.

**Bibliografia:** BASTOS, C.L; KELLER, V. *Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica*. Petrópolis: Vozes, 2001.  
 CORTEZ, Humberto. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. 18ª Ed. São Paulo. Perspectiva, 2003.  
 DA MATTA, Roberto. *Revitalizando: uma introdução à antropologia social*. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.  
 DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 10ª Ed. São Paulo.  
 KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 7ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.  
 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de A. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.  
 LUCKESI, Cipriano *et. al.* *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 15ª Ed. São Paulo:  
 RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social*. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.  
 SERRANO, Pablo Jimenez. *Metodologia do Ensino e da Pesquisa Jurídica*. São Paulo: Manole, 2003.

<b>Disciplina:</b>	DIREITO CONSTITUCIONAL
<b>Docente:</b>	JEFFERSON AUGUSTO DE PAULA
<b>Carga horária:</b>	15 horas/aula

**Ementa:** Constituição Federal 1988; A evolução da ordem constitucional e a CF/88,

**Objetivos:** Proporcionar o conhecimento dos institutos constitucionais de natureza processual pública.

**Conteúdos:** 01. Direito constitucional e constituição; 02. A evolução da ordem constitucional e a CF/88; 03. Os direitos fundamentais. As garantias constitucionais; 04. Temas de direito constitucional relativos ao direito administrativo disciplinar militar.

**Procedimentos metodológicos:** aulas expositivas, apresentação de seminários, discussão de estudos de caso.

**Avaliação:** a critério do instrutor.

**Bibliografia:**  
 CAPEZ, Fernando; CHIMENTI, Ricardo Cunha; ROSA, Márcio F. Elias e SANTOS, Marisa F. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2006.  
 GOMES Orlando, *Introdução ao Direito Civil*, 10ª. Ed., ão ao Direito Civil, 10ª. Ed., Rio de Janeiro, 1990.  
 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional esquematizado*. São Paulo, Método, 2007.  
 TEPEDINO Gustavo, Heloisa Helena Barbosa, Maria Celina Bodin de Moraes. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*. Rio de Janeiro: Revonar, 2004.  
 PEREIRA Caio Mario da Silva. *Instituições de Direito Civil – Introdução ao direito civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

**CORPO DOCENTE**

	Nome	Instituição	Titulação	Vagas de orientação
01	Alexandre Reis de Carvalho	Ministério Público da União	Especialista	3
02	Cícero Robson Coimbra Neves	Ministério Público da União	Mestre	3
03	Jorge Cesar de Assis	Ministério Público da União	Graduado*	3
04	Carina Barbosa Gouvea	Ordem dos Advogados do Brasil	Doutora	3
05	Jefferson Augusto de Paula	Ordem dos Advogados do Brasil	Mestre	3
06	Luciano Blasius	Polícia Militar do Paraná	Doutor	3
07	Marcelo Trevisan Karpinski	Polícia Militar do Paraná	Mestre	3
08	Claudio Todisco Silveira	Polícia Militar do Paraná	Especialista	3
09	Cristiano Israel Caetano	Polícia Militar do Paraná	Especialista	3
10	Vicente de Paula Ataíde Junior	Justiça Federal	Doutor	3

\*Com base no art. 4º da Resolução nº 1 do Ministério da Educação, de 8 de junho de 2007, por sua reconhecida capacidade técnico-profissional e por ter vasta experiência na docência de graduação e pós-graduação, está sendo indicado como professor para este curso.

**CRONOGRAMA**

**CRONOGRAMA GERAL**

Atividade	Período
Período de divulgação	Junho de 2017
Período de inscrição	1º a 15 set. 2017
Seleção	18 e 19 set. 2017
Resultado da Seleção	22 set. 2017
Matrícula	25 a 29 set. 2017
Homologação dos alunos matriculados	2 out. 2017
Início do curso (Disciplinas)	13 out. 2017
Encerramento das disciplinas	16 abr. 2018
Prazo final para entrega de monografia	19 out. 2018
Entrega do Relatório Final	23 nov. 2018

**CRONOGRAMA DAS DISCIPLINAS**

- A ser definido com os professores. As disciplinas ocorrerão às sextas-feiras (período noturno) e sábados (período matutino e vespertino), totalizando 15 horas por final de semana.

**ESTRUTURA DIDÁTICA**

Controle de frequência: Será feito o controle através de listas de presenças, com a assinatura durante o início de cada hora-aula.
Trabalho de Conclusão: O trabalho de conclusão de curso consistirá num relatório de pesquisa, no formato de artigo científico, a ser entregue e avaliado por uma banca composta por três avaliadores.
Certificação: será emitido certificado de especialista em Direito Administrativo Militar para os concludentes do curso, com aproveitamento em todas as disciplinas e no trabalho de conclusão de curso.




RECURSOS FINANCEIROS (quando for o caso)

Especificação das despesas	Valor das despesas (R\$)
Obras e instalações	Não há previsão de gastos
Material permanente e equipamentos	3.940,00
Material bibliográfico	3.000,00
Outros serviços de ter. pessoa física	26.280,00
Outros serviços de ter. pessoa jurídica	Custos CAD e Fundação
Passagens e deslocamento com locomoção	4.000,00
Locação equip. de reprografia	2.550,00
Material de custeio	Não há previsão de gastos
TOTAL	39.770,00
CUSTOS RESOLUÇÃO CAD	Não há – Lei 17.590/2013, art. 6º, §3º
CUSTOS CONVÊNIO FUNDAÇÃO	12.000,00
TOTAL COM ENCARGOS	51.770,00

PREVISÃO DE FONTES DE RECURSOS

Especificação das receitas	Valor das receitas
Inscrição (por aluno)	A primeira mensalidade
Valor de mensalidades (por aluno)	12*250,00
N. mínimo de pagantes	20
Outras arrecadações	Não há
TOTAL	60.000,00

  
 1º Ten. QOPM Marcos Roberto de Souza Peres,  
 Chefe do Centro de Pesquisa da APMG.

APROVAÇÃO DO COMANDANTE DA ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ

PMPR  
DEP  
APMG  
Gab. Cmdo.

Com base no art. 4º da Resolução nº 011 de 2016, do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Paraná, aprovo a presente proposta de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* e encaminhamento para homologação dos Conselhos Superiores da UNESPAR.

São José dos Pinhais, 14 de agosto de 2017.



Ten.-Cel. OOPM Mauro Celso Monteiro,  
Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê.





Universidade Estadual do Paraná – Unespar  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG  
Diretoria de Pós-Graduação

### ANEXO I

#### PROPOSTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – PGLS

Proponente >> Colegiado de Curso >> Conselho de Centro de Área >> Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do Câmpus >> Diretoria de Pós-Graduação >> Conselho de Câmpus

#### IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

<b>Nome do curso:</b>	PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA		
<b>Coordenador(a):</b>	1º TENENTE QOPM MARCOS PERES		
<b>Colegiado:</b>			
<b>Centro de Área:</b>	CIÊNCIAS JURÍDICAS		
<b>Câmpus:</b>	ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ		
<b>Área do conhecimento:</b>	DIREITO CONSTITUCIONAL		
<b>Resumo da Proposta (Máximo 20 linhas):</b>	O programa tem por finalidade preparar o discente para que possa atuar com interdisciplinaridade na área de Direitos Humanos, com foco na eficiência e eficácia; Buscar-se-à aprofundar os conhecimentos em relação aos Direitos Humanos, bem como as Questões Étnico-Sociais, em todas as suas concepções, verificando as implicações teóricas e metodológicas; proporcionar a construção de uma leitura histórica dos direitos humanos e das questões étnico-sociais como conteúdos de ação pedagógica e política, avaliando o estudo da história, das concepções, dos fundamentos e das metodologias, voltadas para educação e gestão, para que possam se especializar na área proposta.		
<b>Justificativa:</b>	A sociedade brasileira passa por uma nova realidade, onde fica notória sua evolução, percebendo-se assim a necessidade dos estudos sobre Direitos Humanos, tendo em vista a relevância acentuada para compreender os fenômenos que envolvem a idade contemporânea.		
<b>Objetivos:</b>	Proporcionar aos discentes uma visão crítica e analítica do processo de criação, construção e defesa dos Direitos Humanos, Desenvolver o aperfeiçoamento teórico e prático destes profissionais na área humana, possibilitando uma abordagem crítica e profunda dos Direitos Humanos, facilitando o acesso ao conhecimento, incluindo áreas como legislação internacional e constitucional, visando entender as mudanças, dimensões do ramo do direito.		
<b>Público Alvo:</b>	Bacharéis em direito, sociólogos, filósofos, educadores que atuam na área do direito, profissionais da educação e da segurança pública.		
<b>Requisitos para inscrição:</b>	ser bacharel em direito ou áreas afins.		
<b>Critérios/Etapas de seleção:</b>	análise de currículo e entrevista.		
<b>Carga Horária:</b>	360 horas		
<b>Mínimo de Vagas:</b>	20	<b>Máximo de Vagas:</b>	30



**UNESPAR**  
Universidade Estadual do Paraná

FOLHA Nº 027  
MD

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### QUADRO DE DISCIPLINAS

	Disciplina	Carga horária	Ementa
01	Teoria Geral e História dos Direitos Humanos	24 horas/aula	Definições. Terminologias, Características
02	Filosofia dos Direitos Humanos e Teorias da Justiça	24 horas/aula	O homem no mundo e a experiência filosófica; o pensador filosófico; o nascimento da filosofia.
03	Introdução ao Sistema da ONU	24 horas/aula	Organizações das Nações (ONU), Sistema global. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)
04	Direito Internacional Humanitário	24 horas/aula	Introdução ao DIH. O recurso à força sob a lei internacional. Regulamento do uso da força do direito internacional público.
05	Sistemas Regionais de Proteção	24 horas/aula	Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Liga/Sociedade das Nações. Sistema Global (ONU). Pactos Internacionais de 1966.
06	Sistema Interamericano	24 horas/aula	Avaliar e discutir o Sistema Regional Interamericano (OEA), Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
07	Direitos Fundamentais e a Constituição Federal de 1988	24 horas/aula	Teoria geral da Constituição. Poder constituinte originário e poder constituinte. Derivado.
08	Estudos de Caso: Direitos Individuais	24 horas/aula	Direito à vida: eutanásia, ortotanásia, suicídio assistido, aborto. Desdobramentos do Direito à vida
09	Direitos Humanos, Economia e Sociedade	24 horas/aula	A evolução do pensamento econômico. Análise econômica do direito. Direitos humanos e economia.
10	Direitos Humanos e Trabalho Policial	24 horas/aula	As transformações no mundo do trabalho na sociedade contemporânea e seus efeitos sobre a vida cotidiana.
11	Globalização, Políticas Públicas e Movimentos Sociais	24 horas/aula	Globalização, desigualdade e exclusão social. Estado e direitos sociais. Cidadania e luta pelos direitos sociais.
12	Direitos Humanos, Criminologia, e Cultura da Paz	24 horas/aula	Criminologia. Sistema Prisional Brasileiro. Condenações no Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos.
13	Metodologia de Ensino em Direitos Humanos	24 horas/aula	Construção de uma cultura democrática e autônoma por meio do ensino jurídico.
14	Temas Contemporâneos: Estudos de Caso	24 horas/aula	
15	Metodologia de Pesquisa em Direitos Humanos	24 horas/aula	Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Fundamentos da metodologia científica.
16	Seminário de Pesquisa (6 meses)		Elaboração e apresentação de seminários.

PLANOS DE ENSINO

<b>Disciplina:</b>	1. Teoria Geral e História dos Direitos Humanos
<b>Docente:</b>	Fábio Konder Comparato
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula

**Ementa:** Definições. Terminologia. Diferença entre direitos fundamentais e direitos do homem. Características. Gênese. Etapas históricas. Jusnaturalismo e positivismo. Marcos e documentos históricos. Críticas à terminologia e ao conceito. Dimensões e eficácia horizontal e vertical. Posição dos direitos humanos no sistema normativo. Internacionalização. Teoria política e direitos humanos.

**Objetivos:** Conhecer e problematizar os conceitos, as definições e as terminologias relativas aos direitos humanos. Entender as características dos direitos humanos. Compreender as etapas históricas de construção e mutação do conceito até a internacionalização. Analisar a posição dos direitos humanos nos sistemas normativos. Refletir sobre a relação entre teoria política e direitos humanos.

**Conteúdos:** 01. Teoria geral dos direitos humanos, definições: terminologia; características. 02. Histórico, Gênese, etapas históricas, jusnaturalismo e juspositivismo. 03. Críticas ao conceito, mutações, insuficiência do conceito e desafios teóricos, relação entre teoria política e direitos humanos, direitos humanos e democracia. 04. Direito e direitos humanos. Análise da posição dos direitos humanos nos sistemas normativos; os desafios da ciência jurídica na concretização dos direitos humanos. 05. Internacionalização (introdução) Aspectos introdutórios da internacionalização.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas; leitura de textos; estudos dirigidos; estudos de casos; atividades em grupo.

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 5. Reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.  
 COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2015.  
 DWORKIN, Ronald. *Justice for hedgehogs*. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University, 2011.  
 FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *Filosofia, sociedade e direitos humanos*. São Paulo: Manoel, 2012.  
 GOMES, Luiz Flávio. *Comentários à Convenção Americana sobre direitos*. 4 ed. São Paulo: RT, 2013.  
 HABERMAS, Jurgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria e política*. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.  
 PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 14 ed. Ver e atual. São Paulo: Saraiva, 2016.  
 RAMOS, Andre de Carvalho. *Curso de direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2009.  
 SARLET, Ingo Wolfgang. *Eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais*. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2012.  
 VILLEY, Michel. *O direito e os direitos humanos*. Tradução Maria Ermantina de Almeida. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

<b>Disciplina:</b>	2. Filosofia dos Direitos Humanos e as Teorias da Justiça
<b>Docente:</b>	Edna Torres Felício Camara
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula
<b>Ementa:</b> O homem no mundo e experiência filosófica. Modernidade e pós-modernidade. Ética. Política. A justiça na modernidade. O liberalismo de John Rawls. O liberalismo igualitário. O comunitarismo e o multiculturalismo. A universalidade dos direitos humanos e o paradoxo das diferenças.	
<b>Objetivos:</b> Refletir sobre a experiência filosófica. Compreender os principais aspectos da pré-modernidade, modernidade e pós-modernidade e os reflexos na construção dos direitos humanos. Analisar as principais teorias da justiça na filosofia antiga, medieval, moderna. Ressaltar a importância da dignidade da pessoa humana. Compreender os pressupostos das teorias da justiça a partir de John Rawls. Ressaltar os principais aspectos das teorias comunitárias e multiculturais e problematizar a relação entre universalidade e diferença.	
<b>Conteúdos:</b> 01. O homem no mundo e a experiência filosófica; o pensador filosófico; o nascimento da filosofia. 02. Modernidade e pós-modernidade. O pensamento pré-moderno; o pensamento moderno; a pós-modernidade. 03. Ética e filosofia política. Moral e ética; direito natural e direito positivo; liberdade e igualdade; a filosofia política; Estado e poder. 04. A justiça pré-moderna e a relação com o direito. Definições de justiça na pré-modernidade (Platão, Aristóteles, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino). Definições de justiça na modernidade (Hobbes,	

Bentham e Kant). A dignidade da pessoa humana e os direitos humanos na modernidade. 05. A relação entre justiça, direito e direitos humanos na contemporaneidade. O liberalismo de John Rawls; o liberalismo igualitário; o comunitarismo e o multiculturalismo. 06. A universalidade dos direitos humanos e o paradoxo das diferenças. Direitos humanos: universalidade e diferença; direitos individuais e direitos sociais. Contradições e desafios frente à crise pós-moderna.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas, leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso, atividades em grupo.

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**

- BARCELLOS, Ana Paula de. *A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- BARROSO, Luiz Roberto. *A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo*. Disponível em: [HTTP://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade\\_texto-base\\_11dez2010.pdf](http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf). Acesso em: 02/11/2014.
- DWORKIN, Ronald. *A raposa e o porco-espinho*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- EDMUNDSON, Willian. *Uma introdução aos direitos*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FRASER, Nancy. Redistribuição, reconhecimento e participação; por uma concepção integrada de justiça. P. 167-189. In: Sarmento, Daniel, Ikawa, Daniela, Piovesan, Flávia (orgs). *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.
- GARGARELLA, Roberto. *As teorias da justiça depois de Rawls*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GOYARD-FABRE, Simone. *Os princípios filosóficos do direito político moderno*. São Paulo: Martins Fontes.
- KOLM, Serge-Christophe. *Teorias modernas da justiça*. Martins Fontes: São Paulo.
- KYMLICKA, Will. *Filosofia política contemporânea*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. Multiculturalismo Liberal e Direitos Humanos. P. 217-243. In: Sarmento, Daniel, Ikawa, Daniela, Piovesan, Flávia (orgs). *Igualdade, Diferença e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- LOIS JR, Luis Magno e LOIS, Caballero. *Pluralismo constitucional e espaços transnacionais*. In SILVA, Artur Stam Ford da (org). *O judiciário e o discurso dos direitos humanos*. Recife: Ed. Universitária da UFPW, 2011.
- MAGNO JR., Luis Magno e LOIS, Caballero. *Pluralismo constitucional e espaços transnacionais*. In SILVA, Artur Stamford da (org.) > *O judiciário e o discurso dos direitos humanos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.
- MORRISON, Wayne. *Filosofia do Direito: dos Gregos ao Pós-Modernismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rawls, John. *Uma teoria da justiça*. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- SANDEL, Michael. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. 6ª Edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção intercultural dos direitos humanos. P.47-76. In: Sarmento, Daniel, Ikawa, Daniela, Piovesan, Flávia (orgs). *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral. *Direito Público*. Porto Alegre, ano 5, n. 19, p. 07-26, jan./fev. 2008.
- \_\_\_\_\_. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988*. 9. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Notas sobre a dignidade da pessoa humana na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*. In: SARMENTO, Daniel; SARLET, Ingo Wolfgang (coords.). *Direitos Fundamentais no Supremo Tribunal Federal: balanço e crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- TAYLOR, Charles. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Loyola.
- VIEIRA, Oscar Vilhena. A desigualdade e a subversão do Estado de Direito. p. 191 – 216. In: Sarmento, Daniel, Ikawa, Daniela, Piovesan, Flávia (orgs). *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- WALZER, Michael. *Da Tolerância*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_, Michael. *Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

<b>Disciplina:</b>	3. Introdução aos Sistemas da Organização das Nações Unidas
<b>Docente:</b>	Karla Pinhel Ribeiro
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula

**Ementa:** Organizações das Nações (ONU), Sistema global. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Pactos Internacionais de 1966. Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000).

**Objetivos:** Capacitar para atuação de acordo com os princípios reguladores da conduta policial internacional,

sobretudo o conceito de polícia para as nações unidas. Refletir acerca do conceito de segurança como direito humano. Compreender o policial como promotor, defensor e protetor dos direitos humanos.
<b>Conteúdos:</b> 01. Organização das Nações (ONU). Secretariado. Corte Internacional de Justiça. Conselho Econômico e Social. Conselho de Segurança. Assembleia Geral. 02. Sistema global. Sistemas de proteção internacional de direitos humanos. 03. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). A carta ONU. Objetivos. 04. Pactos Internacionais de 1966. Direitos políticos e civis. Segurança; direito humano. 05. Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000).
<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas, leitura de textos; estudos dirigidos; estudos de casos; atividades em grupo.
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> CANÇADO-TRINDADE, A. A. (1987) Co-existence and Co-ordination of Mechanisms of Protection Human Rights. RCADI, II, vol. 202. FEFERBAUM, Marina. <i>Proteção Internacional dos Direitos Humanos – Análise do Sistema Africano</i> . São Paulo: Saraiva, 2012. PIOVESAN, Flávia. <i>Direitos Humanos e o direito constitucional internacional</i> . 14 ed. Ver e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. SIMMA, Bruno (Ed.), <i>The Charter of the United Nations – A Commentary (1 or 2 edition)</i> , Chapter VI on Pacific Settlement of disputes and Chapter VII on Action with respect to Threats to the Peace, (Oxford: Oxford University Press, 2002). WHITE, N. and KLASSEN, K. (eds), <i>The UN, human rights and post-conflict situations</i> , (Manchester University Press, 2005). C. LECKA SRIRAM, O. MARTIN-ORTEGA and J. HERMAN, <i>War, Conflict and Human Rights</i> , Routledge (2010). UNITED NATIONS. Resolutions n.1325 of Security Council. New York: UN, 2000. WILLS, S>, <i>Protecting Civilians – The Obligations of Peacekeepers</i> , Oxford: OUP, (2009).

<b>Disciplina:</b>	4. Direito Internacional Humanitário
<b>Docente:</b>	Karla Pinhel Ribeiro
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula

<b>Ementa:</b> Introdução ao DIH. O recurso à força sob a lei internacional. Regulamento do uso da força do direito internacional público. Alcance e a aplicabilidade dos regimes legais do dih que regem os conflitos armados – internacional e não internacional.
<b>Objetivos:</b> Proporcionar aos alunos uma compreensão dos diferentes regimes jurídicos do <i>jus in bello</i> e <i>jus ad bellum</i> . Proporcionar aos alunos uma apreciação dos princípios gerais e as leis que compõem o direito internacional humanitário e avaliar como essas regras foram desenvolvidas ao longo tempo. Avaliar a aplicação destas regras a estudos de caso e cenários e analisar criticamente como DIH é imposto.
<b>Conteúdos:</b> Introdução ao DIH. O conceito e a finalidade do DIH. Conceitos básicos e natureza do DIH e sua relação com o Direito internacional público. Desenvolvimento histórico e base jurídica do DIH. Diferença entre regras <i>jus ad bellum</i> e <i>jus in bello</i> . 02. O recurso à força sob a lei internacional. Regulamento do uso da força do direito internacional público. Conceito de “gueera justa” e a doutrina da responsabilidade de proteger. Desenvolvimentos mais recentes sobre a noção de crime de agressão no direito internacional. 03. Alcance e aplicabilidade dos regimes do DIH que regem os conflitos armados – internacional e não internacionais. Critérios para a classificação de conflitos. Consequências jurídicas e práticas em situações de conflito armado.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas; leituras de textos; estudos dirigidos; estudos de caso; atividades em grupo.
<b>Avaliação:</b> a critério do docente
<b>Bibliografia:</b> CLAPHAM. <i>The Geneva Conventions – A Commentary</i> , Oxford University Press (2014). CRAWFORD, <i>The Conduct of Hostilities under the Law of International Armed Conflict</i> , (2 ed.), Cambridge University Press (2010). DINSTEIN, <i>The Conduct of Hostilities under the Law of International Armed Conflict</i> , (2 ed.), Cambridge University Press (2010). _____, <i>The law of Belligerent Occupation</i> , Cambridge University Press (2009).

DORMAN, Elements of War Crimes under the Rome Statute of the International Criminal Court, Cambridge University Press/ICRC (2002).  
 FLECK (ed.), Handbook of Humanitarian Law in Armed Conflict (3<sup>rd</sup> Ed.) Oxford University Press (2013).  
 GREEN< The contemporary Law of armed conflict (3rd Ed.) Manchester University Press (2008).  
 HENCKAERTS and DOSWALD-BECK, Customary INTERNATIONAL Humanitarian Law, Volume 1: Rules, Cambridge University Press/ICRC (2005). (see also volume 2 on state practice) available online  
[www.icrc.org/eng/customary-law](http://www.icrc.org/eng/customary-law).  
 ICRC, Comentary, The Geneva Conventions I, II, III, IV of 12 August 1949 and Commentary, Additional Protocols of 8 June 1977 to the Geneva Conventions of 12 August 1949, Martinus Nijhoff (1987), available online at: <http://www.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/vwtreaties1949.xsp>

<b>Disciplina:</b>	5. Sistemas Regionais de Proteção
<b>Docente:</b>	Thiago Assunção
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula

**Ementa:** Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Liga/Sociedade das Nações. Sistema Global (ONU). Pactos Internacionais de 1966. Tribunal Penal Internacional. Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos. Sistema europeu. Estatuto de Roma.

**Objetivos:** Avaliar e discutir a declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), verificar os Pactos Internacionais de 1966.

**Conteúdos:** Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Liga/Sociedade das Nações. Sistema Global (ONU). Pactos Internacionais de 1966. Tribunal Penal Internacional. Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos. Sistema europeu. Estatuto de Roma.

**Procedimentos metodológicos:** exposições dialogadas; leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso, atividade em grupo.

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**  
 FEFERBAUM, M. *Proteção Internacional dos Direitos Humanos – Análise do Sistema Africano*. São Paulo: Saraiva, 2012.  
 CANÇADO-TRINDADE, A. A. (1987) **Co-existence and Co-ordination of Mechanisms of Protections of human Rights** <RCADI< II< vol. 202.  
 BICUDO, H. Defesa dos Direitos Humanos: sistemas regionais. *Estud. Av.* [online]. 2003, vol. 17, n.47 [cited 2014-11-02], pp. 225-236. Available from: <[HTTP://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02/11/2014.  
 PIOVESAN, F. C. *Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. Disponível em: [HTTP://www.dhnet.org.br/direitos/sip/textos/a\\_pdf/piovesan\\_sip.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/textos/a_pdf/piovesan_sip.pdf). Acesso em: 02/11/2014.  
 \_\_\_\_\_ **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.  
 AMBOS, K., CARVALHO, S. de.(orgs). *O direito penal no estatuto de Roma: leitura sobre os fundamentos e aplicabilidade do Tribunal Penal Internacional*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2005.  
 SOARES, A. G. *A carta dos direitos fundamentais da União Européia: a proteção dos direitos fundamentais no ordenamento comunitário*. [s.l.]: Coimbra editora, 2002.  
 RAMOS, A. C. Pluralidade das ordens jurídicas: uma nova perspectiva na relação entre o direito internacional e o direito constitucional. Disponível em: [HTTP://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67955/70563](http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67955/70563). Acesso em: 02/11/2014.  
 BUERGENTHAL, T. Implementation of the judgments of the court. *El Sistema Interamericano de proteccion de los derechos humanos en el umbral del siglo XXI*, 2a. Ed. São José: Corte Americana de Derechos Humanos, 2003.

<b>Disciplina:</b>	6. Sistema Interamericano
<b>Docente:</b>	Heloísa Fernandes Câmara
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula

**Ementa:** Avaliar e discutir o Sistema Regional Interamericano (OEA), Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica. Internalização deste Tratado no ordenamento jurídico brasileiro – a nova posição do STF.



FOLHANº 032  
mp

<b>Objetivos:</b> Refletir sobre o sistema regional interamericano. Discutir a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
<b>Conteúdos:</b> Sistema Regional Interamericano (OEA), Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica. Internalização deste Tratado no ordenamento jurídico brasileiro – a nova posição do STF.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas;
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> FEFERBAUM, M. Proteção Internacional dos Direitos Humanos – Análise do Sistema Africano. São Paulo: Saraiva, 2012. CANÇADO-TRINDADE, A. A. (1987) Co-existence and Co-ordination of Mechanisms of Protection of Human Rights. RCADI, II, vol. 202. RAMOS, A. C. O diálogo entre Cortes: O Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: AMARAL JUNIOR, A. JUBILUT, L. L. (org). O STF e o direito internacional dos direitos humanos. São Paulo: Quartier Latin, 2009. P. 805-850. AMARAL JUNIOR, A. do; JUBILUT, L. L. (Org). O STF e o direito internacional dos direitos humanos. São Paulo: Quartier Latin, 2009. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <a href="http://www.corteidh.or.cr">www.corteidh.or.cr</a> . Acesso em: 02/11/2014. MARA COIMBRA, E. Sistema Interamericano de Derethos Humanos: Desafios para La implementacion de lãs decisiones de La Corte em Brasil/ Elisa Mara Coimbra. São Pablo, Brasil: SUR, 2013. Vol. 10, nº19 (2013) Sur: Revista Internacional de derechos humanos. SUR: Revista Internacional de Derechos Humanos. Disponível em: <a href="http://www.surjournal.org/esp/index18.php">HTTP://www.surjournal.org/esp/index18.php</a> . Acesso em: 02/11/2014.

<b>Disciplina:</b>	7. Direitos Fundamentais e a Constituição de 1988
<b>Docente:</b>	Edna Torres Felício Câmara
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula

**Ementa:** Teoria geral da Constituição. Poder constituinte originário e poder constituinte derivado. As normas constitucionais: princípios e regras. Os direitos fundamentais na Constituição de 1988. Cláusula de abertura. Cláusulas Pétreas. A inserção da Constituição de 1988. Cláusula de abertura. Cláusula Pétreas. A inserção da Constituição de 1988 nos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos. Controle de constitucionalidade e controle de convencionalidade. Remédios Constitucionais.

**Objetivos:** Conhecer a teoria geral da Constituição. Entender a importância e diferença de atuação dos poderes constituintes originário e derivado. Apreender a diferença entre princípios e regras constitucionais. Apresentar um panorama geral dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro. Inserir a Constituição no Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. Apresentar o sistema de controle de constitucionalidade no Brasil. Apresentar os remédios constitucionais.

**Conteúdos:** 01. Teoria Geral da Constituição. O princípio da supremacia da Constituição. Poder constituinte originário e poder constituinte derivado. As normas constitucionais: princípios e regras. 02. Os direitos fundamentais na Constituição de 1988: aspectos gerais. Cláusula de abertura. Cláusulas Pétreas. Classificações. Temas atuais. 03. Os direitos individuais, os direitos políticos e da nacionalidade. Vida; Liberdade; Igualdade; Segurança; Propriedade. 04. Os direitos sociais. Os direitos sociais genéricos. A ordem social. Os direitos humanos de terceira dimensão. 05. A inserção da Constituição de 1988 nos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos. A organização das Nações Unidas. O tribunal Penal Internacional. A Corte Interamericana de Direitos Humanos. 06. Jurisdição Constitucional. Controle de constitucionalidade. Controle de convencionalidade. Remédios Constitucionais.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas; leitura de textos; estudos dirigidos; estudos de casos; atividades em grupo.

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**  
ALEXY, Robert. Teoria de lós derechos fundamentales. Trad. Ernesto Garzon Vlades. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.  
BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.  
COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 1999.  
FACHIN, Melina Girardi. Fundamentos dos direitos humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância. Rio de

Janeiro: Renovar, 2009.  
 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos humanos fundamentais*. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.  
 GEBRAN NETO, João Pedro. A aplicação imediatos direitos e garantias individuais: a busca de uma exegese emancipatória. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.  
 GOMES, Luis Flávio. Comentários à Convenção Americana sobre direitos. 4 ed. São Paulo: RT, 2013.  
 HERRERA FLORES, Joaquim. A (re)invenção dos direitos humanos. Florianópolis; Garopaba: Fundação Boiteux: IDHID, 2009.  
 MENDES, Gilmar. Jurisdição Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012.  
 PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 14 ed. Ver e atual. São Paulo: Saraiva, 2016.  
 SARLET, Ingo Wolfgang. *Eficácia dos Direitos Fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais*. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.  
 SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2015.  
 \_\_\_\_\_, *A Constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares*. São Paulo, 2005.

<b>Disciplina:</b>	8. Estudos de Caso: direitos individuais
<b>Docente:</b>	José Carlos Portella Junior
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula.

<b>Ementa:</b>	Discussão de temas atuais sobre violações e promoção dos direitos individuais previstos no ordenamento jurídico brasileiro.
<b>Objetivos:</b>	Discutir e avaliar a atuação das forças de segurança na promoção dos direitos individuais, bem como as violações mais comuns a eles.
<b>Conteúdos:</b>	a serem definidos pelo instrutor..
<b>Procedimentos metodológicos:</b>	estudos dirigidos, estudos de caso, atividade em grupo.
<b>Avaliação:</b>	a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b>	BRASIL. Constituição Federal. 1988. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/ Grupo de trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007- Brasília, 2007.

<b>Disciplina:</b>	9. Direitos Humanos, Economia e Sociedade
<b>Docente:</b>	Sivaldo Forteski
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula

<b>Ementa:</b>	A evolução do pensamento econômico. Análise econômica do direito. Direitos humanos e economia. Relação entre direito, justiça e economia. Marxismo e liberalismo. As funções do Estado. Desigualdade e globalização. Direito econômico como ferramenta de inclusão social. Ordem Econômica e Ordem Social na Constituição de 1988. Direitos humanos e mercado. Mínimo existencial e reserva do possível.
<b>Objetivos:</b>	Problematizar a relação entre direitos humanos e economia. Refletir sobre as funções do Estado. Compreender os modos de produção e sua influência na proteção dos direitos. Analisar os conceitos de igualdade no mundo globalizado. Relacionar a ordem econômica e a ordem social na Constituição de 1988. Refletir sobre a aplicação dos princípios do mínimo existencial e a reserva do possível.
<b>Conteúdos:</b>	01. A evolução do pensamento econômico; definição de economia; pensadores clássicos; sistemas econômicos: economia de mercado, planejada e mista. 02. Relação entre economia e direito; A análise econômica do direito; relação entre direito, justiça e economia. 03. O Estado como agente econômico e político; elementos constitutivos do Estado; Estado e globalização; As funções do Estado. 04. Desigualdade e globalização; o fenômeno da globalização; as crises econômicas contemporâneas; os direitos humanos e globalização. 05. Ordem econômica e Ordem social na Constituição de 1988; A ordem econômica; A ordem social; Mínimo existencial e reserva do possível; Direito econômico como ferramenta de inclusão social.
<b>Procedimentos metodológicos:</b>	Exposições dialogadas, leituras de texto, estudos dirigidos, estudos de caso, atividades em grupo.
<b>Avaliação:</b>	a critério do docente.



**Bibliografia:**

- BECKER, B. K. Brasil: uma nova potência regional na economia. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 34ª Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- GALBRAITH, J. K. A economia e a arte da controvérsia. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1959.
- \_\_\_\_\_. A natureza da pobreza das massas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- GRAU, E. R. A ordem econômica na Constituição de 1988. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
- \_\_\_\_\_. Elementos do direito econômico, São Paulo, 1981.
- SOUZA, J. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- NUSDEO, F. Curso de Economia: Introdução ao direito econômico. 9 ed. São Paulo: RT, 2015.
- PORT, O. H. M. OLIVEIRA, R. S. L. de. LIMA, F. R. S. Poder judiciário, direitos sociais e racionalidade jurídica. São Paulo: CAMPUS JURÍDICO, 2010.
- POSNER, R. A. A economia da justiça. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- SALOMÃO, C. F. RIBEIRO, B. L. M. Concentração, estruturas e desigualdade: as origens colônias da pobreza e da má distribuição de renda. São Paulo, Edcid, 2006.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização. São Paulo: Record, 2000.
- SEM, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia de letras, 2000.
- STIGLITZ, J. Globalização: Como dar certo. São Paulo: Companhia de letras, 2006.
- TAVARES, A. R. Direito constitucional econômico. 3 ed. São Paulo: Método, 2015.

<b>Disciplina:</b>	10. Direitos Humanos e Trabalho do Policial
<b>Docente:</b>	Roberto Kant de Lima
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula

**Ementa:** As transformações no mundo do trabalho na sociedade contemporânea e seus efeitos sobre a vida cotidiana. O trabalho policial e suas complexidades. Efeitos psíquicos, sociais e éticos na formação da cidadania.

**Objetivos:** Analisar a atividade policial face aos direitos humanos. Entender as transformações que ocorrem no mundo do trabalho.

**Conteúdos:** Reestruturação produtiva, globalização, flexibilidade e exclusão social. Transformações do mundo do trabalho na sociedade contemporânea e seus efeitos sobre a vida cotidiana.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas;

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**

- BALESTRERI, Ricardo Brisola. Direitos Humanos: Coisa de Polícia. Passo Fundo: Paster Editora, 1998.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/ Grupo de trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007- Brasília, 2007.
- BRASÍLIA. Decreto n° 24.316, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o programa de policiamento comunitário no Distrito Federal. Disponível em Acesso em: 23 jun. 2010.
- LAZZARINI, Álvaro. Estudos de direito administrativo. 2° ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado. 13° ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MACEDO, Murilo de. Segurança Pública – Política. Revista da ADPESP, São Paulo n.º 14, 1987.

<b>Disciplina:</b>	11. Globalização, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.
<b>Docente:</b>	Diogo Nascimento Busse
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula.

**Ementa:** Globalização, desigualdade e exclusão social. Estado e direitos sociais. Cidadania e luta pelos direitos sociais. Movimentos sociais na sociedade contemporânea. Sociedade civil e direitos humanos. Democracia e movimentos sociais. Experiências atuais em ações coletivas. Ações afirmativas. Sociedade civil brasileira e sociedade civil global. Políticas públicas.

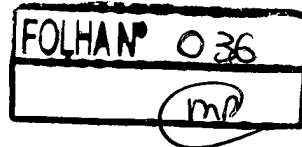
**Objetivos:** Problematizar a relação entre política legal, globalização e exclusão social. Construir um conceito de “políticas públicas”. Compreender o papel dos movimentos sociais na sociedade contemporânea. Gerar uma reflexão crítica sobre a proteção dos direitos sociais e a democracia. Apresentar experiências atuais de ações coletivas no Brasil.

**Conteúdos:** Globalização e direitos sociais no Brasil. Sociedade civil e direitos humanos. Movimentos sociais na

sociedade contemporânea. Democracia e movimentos sociais. Estado e movimentos sociais e a efetivação de políticas públicas. Experiências atuais de ações coletivas.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> exposições dialogadas; leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso, atividade em grupo.
<b>Avaliação:</b> a critério do docente
<b>Bibliografia:</b> ALVES, F. A. S. <i>Movimentos sociais e concretização constitucional: uma crítica à criminilização dos movimentos sociais sob o enfoque do transconstitucionalismo</i> . São Paulo: Lumen Iuris, 2012. CASTELLS, M. <i>Redes de Indignação e Esperança: os movimentos na era da internet</i> . São Paulo: Zahar, 2013. GALBRAITH, J. K. <i>A natureza da pobreza das massas</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. GOHN, M. G.; BRENO, N. B. <i>Movimentos sociais na era global</i> . São Paulo: Vozes, 2012. LIBERATI, W. D. <i>Políticas públicas no estado constitucional</i> . São Paulo: Vozes, 2012. LIMA, J. V. R.B.; CAMPOS, R. Desigualdades sociais e pobreza: buscando novos enquadramentos. In: BAQUERO, M. (org). <i>Capital social. Desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina</i> . Porto Alegre: UFRGS, 2007. POSNER, R. A. <i>A economia da justiça</i> . São Paulo: Record, 2000. SALOMÃO, C. F.; FERRÃO, B. L. M. RIBEIRO, I.C. <i>Concentração, estruturas e desigualdade: As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda</i> . São Paulo, Idcid, 2006. SANTOS, M. <i>Por uma outra globalização</i> . São Paulo: Record, 2000. SCHWARTZMAN, S. <i>Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo</i> . São Paulo: Augurium, 2004. SEN, A. <i>Desenvolvimento como liberdade</i> . São Paulo: Companhia das letras, 2000. SOUZA, J. <i>A ralé brasileira: quem é e como vive</i> . Belo Horizonte: UFMG, 2009. SPOSATI, A. <i>Exclusão social abaixo da linha do equador</i> . Disponível em: <a href="http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao.pdf">HTTP://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao.pdf</a> . Acesso em: 23 set. 2007. STIGLITZ, J. <i>Globalização: Como dar certo</i> . São Paulo: Companhia das letras, 2006. ZALUAR, A. <i>Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e políticas alternativas</i> . Disponível em <a href="http://www.scielo.php.?script=sci_arttext&amp;pid=S0102-69091997000300003&amp;Ing">HTTP://www.scielo.php.?script=sci_arttext&amp;pid=S0102-69091997000300003&amp;Ing</a> .

<b>Disciplina:</b>	12. Direitos Humanos, Criminologia e Cultura da Paz
<b>Docente:</b>	Mariel Muraro
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula

<b>Ementa:</b> Criminologia. Sistema Prisional Brasileiro. Condenações no Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos. O direito de uma cultura da paz.
<b>Objetivos:</b> Discutir e avaliar o Sistema Prisional Brasileiro.
<b>Conteúdos:</b> 01. Criminologia, conceito, escolas criminológicas, escola clássica, escola etiológica, labeling approach, criminologia crítica e a seletividade penal, violência estrutural, violência institucional. 02. Sistema Prisional Brasileiro. Quem são os presos brasileiros? Estabelecimentos prisionais do Brasil, Perfil da população carcerária masculina no Brasil, Encarceramento feminino, histórico, perfil da população carcerária feminina do Brasil. 03. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Presídio de urso branco, presídio de pedrinhas, presídio central de Porto Alegre. 04. Cultura da Paz. Cultura da paz e seu caráter processual, sistêmico e positivo, cultura, sociedade e individual na perspectiva da construção permanente da cultura da paz, pacificação.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> exposições dialogadas; leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso, atividade em grupo.
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> BRASIL. Constituição Federal. 1988. BOBBIO, N. <i>O problema da guerra e as vias da paz</i> . Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. BARCELLOS, A. P. de. <i>Criminologia crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal</i> . Trad. Juarez Cirino dos Santos. 34ª Ed. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002. <b>Anuário Brasileiro de Segurança Pública</b> . 7ª Ed. Disponível em: <a href="http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao">HTTP://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao</a> . Acesso em: 02/11/2014. DORNELLES, J. R. W. <i>Conflitos e Segurança (entre pombos e falcões)</i> . 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. I/A COURT H. R., Matter oh the penitentiary complex of curado regarding brazil. Order of the Inter-american court of human rights of may 22, 2014. Disponível em: <a href="http://www.courtdh.or.cr/index.php/en/jurisprudencia">http://www.courtdh.or.cr/index.php/en/jurisprudencia</a> . Acesso



em: 02/11/2014.

\_\_\_\_\_. Matter of the sócio-educational internment facility regardin the publico of Brazil. Order of the Inter-american court of human rights of January 29, 2014. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/index.php/en/jurisprudencia>. Acesso em: 02/11/2014.

\_\_\_\_\_. Matter oh the urso branco prison regarding Brazil. Order of the president of the Inter-american court of human rights of july 26, 2011. Disponível em: 02/11/2014.

WACQUANT, L. Punir os pobres: a nova gestão da miséria dos Estados Unidos [A onda punitiva] 3ª Ed. Trad. Sérgio Iamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

<b>Disciplina:</b>	13. Metodologia de Ensino em Direitos Humanos
<b>Docente:</b>	Marcos Roberto de Souza Peres
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula

**Ementa:** Construção de uma cultura democrática e autônoma por meio do ensino jurídico. A organização e o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem através de planos de aulas e dos programas de aprendizagem; Metodologias didáticas na docência do ensino superior.

**Objetivos:** Proporcionar ao discente o entendimento dos métodos de ensino dos direitos humanos.

**Conteúdos:** Introdução. Ciência. Tipos de conhecimento. Pesquisa bibliográfica. Ensino em Direitos Humanos.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas;

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. 3 ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. Palavras e Sinais. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995.

BOLZAN, José. Habermas: razão e racionalização. Ijuí: Unijuí, 2005.

HEIDEGGER, Martin. Sobre o humanismo: carta a Jena Beaufret. São Paulo: Abril Cultural, 1973. KOHLBERG,

Lawrence. La democracia en la escuela secundaria: educando para una sociedad más justa. Traducción de María Mercedes Oración. Chaco: Universidad Nacional del Nordeste, 1992.

<b>Disciplina:</b>	14. Temas Contemporâneos: estudos de caso
<b>Docente:</b>	Heloísa Fernandes Câmara
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula

**Ementa:** Intervenções humanitárias, temas relevantes, proteção ao meio ambiente, igualdade de gênero.

**Objetivos:** Fortalecer a importância do entendimento em temas relevantes para a sociedade.

**Conteúdos:** Temas relevantes; Intervenções humanitárias; desrespeito pelos Estados e grandes corporações, racismo, igualdade de gênero, homofobia, idosos, terrorismo, proteção à criança e ao adolescente.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas; apresentação de seminários, discussão de estudos de caso.

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**

ADORNO, S. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 283-300, 1996.

BARROSO, R. Legitimidade da recusa de transfusão de sangue por testemunhas de Jeová. Dignidade humana, liberdade religiosa e escolhas existências. Disponível em: [HTTP://www.conjur.com.br/dl/testemunhas-jeova-sangue.pdf](http://www.conjur.com.br/dl/testemunhas-jeova-sangue.pdf). Acesso: 02/11/2014.

NASH, C., BASCUNAN, P. A., CAMPOS, M. L. B. Corrupcion y derechos humanos. Uma mirada desde La jurisprudência de La Corte Interamericana de Derechos Humanos. Chile: Universidad de Chile, 2014.

PIOVESAN, F. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57 (Edição Especial), p. 70-89, jan-mar. 2012. Disponível em:

[HTTP://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista57/revista57\\_70.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista57/revista57_70.pdf). Acesso: 02/11/2014.

<b>Disciplina:</b>	15. Metodologia de Pesquisa em Direitos Humanos
<b>Docente:</b>	Luciano Blasius
<b>Carga horária:</b>	24 horas/aula

**Ementa:** Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Fundamentos da metodologia científica.

**Objetivos:** Auxiliar o discente na construção da pesquisa

**Conteúdos:** 01. Fundamentos da metodologia científica; 02. A comunicação científica; 03. Métodos e técnicas de pesquisa; 04. Comunicação entre orientados/ orientadores; 05. Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos; 06. A organização do texto científico ( normas da ABNT).

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas; apresentação de seminários, discussão de estudos de caso.

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**

ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira; ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto. Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica (monografias, dissertações e teses): de acordo com a ABNT 2002. 3. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: S. A. Fabris, 2003. 181 p. [702248] STF 808.066 A473 AMC 3.ED.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica:** um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004. 300 p. [720270] STF R 001.4 A643 DMC.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica:** para o curso de Direito. São Paulo: Atlas, 2000.

SALOMON, Delcio Vieira. **Como Fazer uma monografia.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

**CORPO DOCENTE**

	Nome	Instituição	Titulação	Vagas orientação
01	Fabio Konder Comparato	Universidade de São Paulo	Doutor	1
02	Edna Torres Felício Câmara	Faculdade de Pinhais	Mestre	3
03	Karla Pinhel Ribeiro	Organização das Nações Unidas	Doutora	3
04	Thiago Assunção	Centro Universitário Curitiba	Mestre	3
05	Marcos Roberto de Souza Peres	Polícia Militar do Paraná	Mestre	3
06	Luciano Blasius	Polícia Militar do Paraná	Doutor	3
07	Diogo Nascimento Busse	Centro Universitário Curitiba	Mestre	3
08	Sivaldo Forteski	Faculdade de Pinhais	Mestre	3
09	Mariel Muraro	Faculdade de Pinhais	Mestre	3
10	Roberto Kant de Lima	Universidade Federal Fluminense	Doutor	3
11	Heloísa Fernandes Câmara	Centro Universitário Curitiba	Mestre	3
12	José Carlos Portella Junior	Universidade Tuiuti do Paraná	Mestre	3

**CRONOGRAMA**

**CRONOGRAMA GERAL**

Atividade	Período
Período de divulgação	Junho de 2017
Período de inscrição	1º a 15 set. 2017
Seleção	18 e 19 set. 2017
Resultado da Seleção	22 set. 2017
Matrícula	25 a 29 set. 2017
Homologação dos alunos matriculados	2 out. 2017
Início do curso (Disciplinas)	9 out. 2017
Encerramento das disciplinas	16 abr. 2018
Prazo final para entrega de monografia	19 out. 2018
Entrega do Relatório Final	23 nov. 2018

**CRONOGRAMA DAS DISCIPLINAS**

- A ser definido com os professores. As disciplinas ocorrerão às sextas-feiras (período noturno) e sábados (período matutino e vespertino), totalizando 15 horas por final de semana.

**ESTRUTURA DIDÁTICA**

Controle de frequência: Será feito o controle através de listas de presenças, com a assinatura durante o início de cada hora-aula.

Trabalho de Conclusão: O trabalho de conclusão de curso consistirá num relatório de pesquisa, no format de artigo científico, a ser entregue e avaliado por uma banca composta por três avaliadores.


Certificação: sera emitido certificado de especialista em Direitos Humanos para os concludentes do curso, com aproveitamento em todas as disciplinas e no trabalho de conclusão de curso.

**RECURSOS FINANCEIROS (quando for o caso)**

Especificação das despesas	Valor das despesas (R\$)
Obras e instalações	Não há previsão de gastos
Material permanente e equipamentos	3.940,00
Material bibliográfico	6.000,00
Outros serviços de ter. pessoa física	30.240,00
Outros serviços de ter. pessoa jurídica	Custos CAD e Fundação
Passagens e deslocamento com locomoção	1.600,00
Locação equip. de reprografia	2.550,00
Material de custeio	Não há previsão de gastos
<b>TOTAL</b>	<b>44.330,00</b>
<b>CUSTOS RESOLUÇÃO CAD</b>	<b>Não há – Lei 17.590/2013, art. 6º, §3º</b>
<b>CUSTOS CONVÊNIO FUNDAÇÃO</b>	<b>12.000,00</b>
<b>TOTALCOM ENCARGOS</b>	<b>56.330,00</b>

**PREVISÃO DE FONTES DE RECURSOS**

Especificação das receitas	Valor das receitas
Inscrição (por aluno)	A primeira mensalidade
Valor de mensalidades (por aluno)	12*250,00
N. mínimo de pagantes	20
Outras arrecadações	Não há previsão
<b>TOTAL</b>	<b>60.000,00</b>

  
1º Ten. QOPM Marcos Roberto de Souza Peres,  
Chefe do Centro de Pesquisa da APMG.

APROVAÇÃO DO COMANDANTE DA ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ

PMPR  
DEP  
APMG  
Gab. Cmdo.

Com base no art. 4º da Resolução nº 011 de 2016, do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Paraná, aprovo a presente proposta de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* e encaminhamento para homologação dos Conselhos Superiores da UNESPAR.

São José dos Pinhais, 14 de agosto de 2017.



Ten.-Cel. QOPM Mauro Celso Monteiro,  
Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê



Universidade Estadual do Paraná – Unespar  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG  
Diretoria de Pós-Graduação

ANEXO I  
PROPOSTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – PGLS

Proponente >> Colegiado de Curso >> Conselho de Centro de Área >> Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação  
do Câmpus >> Diretoria de Pós-Graduação >> Conselho de Câmpus

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

<b>Nome do curso:</b>	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR		
<b>Coordenador(a):</b>	1º TENENTE QOPM MARCOS PERES		
<b>Colegiado:</b>			
<b>Centro de Área:</b>	CIÊNCIAS HUMANAS		
<b>Câmpus:</b>	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS		
<b>Área do conhecimento:</b>	MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO		
<b>Resumo da Proposta:</b>	O curso de Metodologia do Ensino Superior, tem como finalidade propiciar uma reflexão para que o participante verifique a importância de se apropriar da estrutura conceitual, das metodologias e suas tendências atuais como um compromisso que deve orientar sua prática profissional. Entender as perspectivas e desafios da atualidade em relação ao contexto socioeconômico político mundial e brasileiro e as questões postas pela atual reforma da educação superior no mundo globalizado.		
<b>Justificativa:</b>	Propiciar ao discente a busca de sua competência pedagógica implica compromisso constante com o conhecimento, e que seu aperfeiçoamento deve ser uma construção permanente; a qualificação inicial é um passo importante para se aprimorar.		
<b>Objetivos:</b>	Capacitar o profissional para a docência do Ensino Superior e para a Pesquisa, proporcionando-lhe conhecimentos teóricos e metodológicos que, em consonância com a práxis pedagógica e científica, possam suprir os requisitos básicos para sua inserção no mercado de trabalho.		
<b>Público Alvo:</b>	Profissionais com nível superior que pretendem atuar na docência do ensino superior.		
<b>Requisitos para inscrição:</b>	formação em nível superior.		
<b>Critérios/Etapas de seleção:</b>	análise de currículo e entrevista.		
<b>Carga Horária:</b>	380 horas		
<b>Mínimo de Vagas:</b>	20	<b>Máximo de Vagas:</b>	30

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

QUADRO DE DISCIPLINAS

	Disciplina	Carga horária	Ementa
01	Teorias da Aprendizagem	20 horas	Teoria comportamentalista, de condicionamento, de estímulo-resposta mediacionais.
02	Educação e aprendizagem para Jovens e Adultos	20 horas	Peculiaridades do ensino para jovens e adultos. Fundamentos na Lei e diretrizes e Bases da Educação Nacional.
03	Paxiç Metodológica	20 horas	Por uma educação dó século XXI. Repensar o conhecimento. Em busca do esclarecimento. Em busca de uma práxis docente.
04	Psicologia da Educação	20 horas	Compreender comportamentos e indicar possibilidades oferecidas pela psicologia no processo de aprendizagem.
05	Direitos Humanos	20 horas	Direitos humanos. Evolução histórica. As dimensões de direitos humanos. O Estado e a proteção dos direitos humanos.
06	Avaliação de Aprendizagem	20 horas	Definição de critérios para a avaliação da aprendizagem. Modalidades de avaliação. Instrumentos, procedimentos e técnicas de avaliação.
07	Estatística e Análise Educacional	20 horas	Estatística aplicada à análise educacional.
08	Didática Policial Militar	70 horas	Teoria e prática da didática no ensino policial militar.
09	Formulário e Revisão de Malhas Curriculares	20 horas	Técnicas de revisão e formulação de malhas curriculares com foco na transversabilidade e horizontalidade do ensino.
10	Formulação e Revisão de Planos de Disciplina	20 horas	Técnicas de revisão e formulação de planos de disciplina.
11	Orientação e Supervisão Escolar	20 horas	A orientação educacional: evolução histórica e perspectivas. Abordagens da orientação educacional.
12	Estrutura e Funcionamento do Ensino na PMPR	20 horas	Estrutura de ensino na PMPR. Estabelecimentos de ensino. Núcleos de ensino. Canal Técnico.
13	Legislação aplicada ao Ensino Policial Militar	20 horas	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei de Ensino na PMPR. Portaria de Ensino.
14	Novas Metodologias do Ensino	20 horas	A mídia como recurso para construção de discursos. Mídia e vida humana – implicações e intervenções na natureza humana a partir do aparato tecnológico do Sistema Social da Mídia.
15	Metodologia para produção de artigos	20 horas	Fundamentos de Metodologia Científica. A comunicação científica. Métodos e Técnicas de Pesquisa.
16	Educação à Distância	30 horas	Ambientes virtuais de aprendizagem. Aspectos pedagógicos em ambientes virtuais de aprendizagem.



PLANOS DE ENSINO

<b>Disciplina:</b>	Teorias da Aprendizagem
<b>Docente:</b>	DALTON GEAN PEROVANO
<b>Carga horária:</b>	20 horas/aula

**Ementa:** Conceito de Teoria da Aprendizagem. Conceitos de Tecnologia da Informação. Teorias de aprendizagem: alguns personagens: Behaviorista – comportamentalista.

**Objetivos:** Compreender as teorias da aprendizagem, conceitos de tecnologia e métodos de ensino. Discutir as teorias que envolvem o processo de ensino e aprendizagem.

**Conteúdos:** Teoria associacionista, comportamentalista, de condicionamento, de estímulo-respostam mediacionais: gestalt, genético-cognitiva, genético-dialética, significativa.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas; leitura de textos; estudos dirigidos; estudos de casos; atividades em grupo.

**Avaliação:** à critério do docente.

**Bibliografia:**

ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2006.  
 ALVES, João Roberto. A história do EAD no Brasil. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Orgs.). Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.  
 AUSUBEL, D. P. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa, Plátano. Edições Técnicas. Tradução ao português de Lígia Teopis to, do original The acquisition and retention of knowledge: a cognitive view, 2006.  
 BEHAR, P. A. Modelos pedagógicos em Educação a Distância. Porto Alegre: Artmed, 2009  
 DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR: **Declaração mundial sobre Educação Superior no século XXI, visão e ação.** Marco Referencial de ação Prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior. Trad. Amós Nascimento. Piracicaba, ed. UNIMEP, 1998.

<b>Disciplina:</b>	Educação e Aprendizagem para Jovens e Adultos
<b>Docente:</b>	ARACI ASINELLI DA LUZ
<b>Carga horária:</b>	20 horas/aula

**Ementa:** Proporcionar a capacitação aos profissionais de Nível Superior para trabalhar com eficiência e eficácia nas políticas educacionais relativas à EJA, proporcionando, através de instrumentos teóricos a sua qualificação, tornando possível progressão no trabalho, exercendo com competência a sua habilitação.

**Objetivos:** Preparar os profissionais de nível superior para o trabalho através do desenvolvimento de habilidades e atitudes na área da Educação de Jovens e Adultos, aliado à investigação e das possibilidades de aprendizagem, visando o bom desempenho nessa modalidade de ensino.

**Conteúdos:** Peculiaridades do ensino para jovens e adultos. Fundamentos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas, leitura de textos; estudos dirigidos; estudos de casos; atividades em grupo.

**Avaliação:** à critério do docente.

**Bibliografia:**

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: . Acesso em: 19 nov. 2008.  
 FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.  
 MALDANER, Otavio Aloísio. **Princípios e práticas de formação de professores para a educação básica.** In: SOUZA, João Valdir Alves de (Org.). Formação de professores para a educação básica: dez anos da LDB. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 211-233.  
 UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório de atividades 1990-1993.** Brasília, 1993.

<b>Disciplina:</b>	Psicologia da Educação
<b>Docente:</b>	MARIA DE FÁTIMA QUINTAL DE FREITAS
<b>Carga horária:</b>	20 horas/aula

**Ementa:** Compreender comportamentos e indicar possibilidades oferecidas pela psicologia no processo de aprendizagem. A concepção de aprendizagem à luz das teorias da aprendizagem e científica. A Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) e sua influência no relacionamento professor-aluno. Gestão de relacionamento e comportamento escolar- relações interpessoais. Inteligência emocional. Comportamento em sala de aula, a questão da indisciplina. Habilidades sociais em sala de aula: relação professor – aluno.

**Objetivos:** Promover no aluno o entendimento dos fatores psicológicos envolvidos no processo de educação. Capacitar o profissional para atuar no ensino-aprendizagem, mostrando as dificuldades de aprendizagem e de relações interpessoais na escola, promovendo a compreensão e condução das estratégias de prevenção, promoção, tratamento e tomadas de decisão junto ao aluno, professor, família e demais integrantes da escola.

**Conteúdos:** Bullying influenciando o comportamento escolar (sua identificação, efeitos, o papel do professor em seu enfrentamento). A separação dos pais e a mudança comportamental da criança. Os transtornos psiquiátricos/emocionais influenciando o comportamento do aluno na escola. Dificuldades de aprendizagens ocasionadas pela dislexia, discalculia e dispraxia.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas; leituras de textos; estudos dirigidos; estudos de caso; atividades em grupo.

**Avaliação:** à critério do docente

**Bibliografia:**  
CREPOP, **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica / Conselho Federal de Psicologia.** - Brasília: CFP, 2013.  
PAPALIA, D.; Olds, S.W.; Feldman, R. D; **Desenvolvimento Humano.** 8 ed. Porto alegre : Artmed, 2006

<b>Disciplina:</b>	Práxis Metodológica
<b>Docente:</b>	VALDIR GOEDERT FILHO
<b>Carga horária:</b>	20 horas/aula

**Ementa:** Por uma educação do século XXI. Repensar o conhecimento. Em busca do conhecimento. Em busca de uma práxis docente. Buscando conceitos norteadores em direção à práxis. Por uma práxis conceituada. Alguns princípios gerais para orientar a práxis docente. Educação superior um novo paradigma. A pedagogia nova e a pedagogia tradicional. Conceitos de experiência – John Dewey. Tipos de experiência. Conceito de educação – John Dewey. Práxis docente no ensino superior. Princípios sócios filosóficos de formação universitária.

**Objetivos:** Demonstrar as novas metodologias de ensino, incentivando a busca pelo conhecimento, metodologias de uma práxis docente. Educação superior, desafios de novos paradigmas.

**Conteúdos:** Educação do século XXI. Contextualização do conhecimento. Busca de uma práxis docente. Conceitos norteadores em direção à práxis. Por uma práxis conceituada. Alguns princípios gerais para orientar a práxis docente. Educação superior um novo paradigma. A pedagogia nova e a pedagogia tradicional. Conceitos de experiência – John Dewey. Tipos de experiência. Conceito de educação – John Dewey. Práxis docente no ensino superior. Princípios sócios filosóficos de formação universitária.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas; leitura de textos; estudos dirigidos; estudos de casos; atividades em grupo.

**Avaliação:** à critério do docente.

**Bibliografia:**  
BORDENAVE, Juan Díaz.; PEREIRA, Adair. **Estratégias de ensino aprendizagem.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.  
KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.  
VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis.** 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<b>Disciplina:</b>	Direitos Humanos
<b>Docente:</b>	EDNA TORRES FELÍCIO CÂMARA
<b>Carga horária:</b>	20 horas/aula

**Ementa:** Teoria geral da Constituição. Poder constituinte originário e poder constituinte derivado. As normas constitucionais: princípios e regras. Os direitos fundamentais na Constituição de 1988. Cláusula de abertura. Cláusulas Pétreas. A inserção da Constituição de 1988. Cláusula de abertura. Cláusula Pétreas. A inserção da Constituição de 1988 nos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos. Controle de constitucionalidade e controle de convencionalidade. Remédios Constitucionais.

**Objetivos:** Conhecer a teoria geral da Constituição. Entender a importância e diferença de atuação dos poderes constituintes originário e derivado. Apreender a diferença entre princípios e regras constitucionais. Apresentar um panorama geral dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro. Inserir a Constituição no Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. Apresentar o sistema de controle de constitucionalidade no Brasil. Apresentar os remédios constitucionais.

**Conteúdos:** Direitos humanos. Evolução histórica. As dimensões de direitos humanos. O Estado e a proteção dos direitos humanos. Principais documentos. Proteção no ordenamento jurídico interno. Proteção no ordenamento jurídico internacional. Mecanismos nacionais e internacionais de proteção dos direitos humanos.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas;

**Avaliação:** à critério do docente.

**Bibliografia:**

ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. Trad. Ernesto Garzon Vlahes. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.  
 BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.  
 COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 1999.  
 FACHIN, Melina Girardi. Fundamentos dos direitos humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.  
 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos humanos fundamentais*. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.  
 GEBRAN NETO, João Pedro. A aplicação imediatos direitos e garantias individuais: a busca de uma exegese emancipatória. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.  
 GOMES, Luis Flávio. Comentários à Convenção Americana sobre direitos. 4 ed. São Paulo: RT, 2013.  
 HERRERA FLORES, Joaquim. A (re)invenção dos direitos humanos. Florianópolis; Garopaba: Fundação Boiteux: IDHID, 2009.

<b>Disciplina:</b>	Avaliação de Aprendizagem
<b>Docente:</b>	MARCOS ROBERTO DE SOUZA PERES
<b>Carga horária:</b>	20 horas/aula

**Ementa:**

Definição de critérios para avaliação da aprendizagem. Modalidades da avaliação. Instrumentos, procedimentos e técnicas de avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Processos e instrumentos de medida da aprendizagem. Processos de verificação de aprendizagem. Análise do resultado de prova. Divulgação dos resultados de prova. Aceitação dos resultados de prova. Pedido de revisão de prova.

**Objetivos:** Proporcionar ao discente novas formas e técnicas de avaliação. Interpretação de provas, análise de recursos, formas de verificação diagnóstica.

**Conteúdos:** Entender os critérios para avaliação da aprendizagem. Analisar as modalidades da avaliação. Verificar os instrumentos, procedimentos e técnicas de avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Processos e instrumentos de medida da aprendizagem. Processos de verificação de aprendizagem. Análise do resultado de prova. Divulgação dos resultados de prova. Aceitação dos resultados de prova. Pedido de revisão de prova.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas, leituras de texto, estudos dirigidos, estudos de caso, atividades em grupo.

**Avaliação:** à critério do docente.

**Bibliografia:**

BERNHEIM, C. T.; CHAUI, M. *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento*. Brasília: Unesco, 2008.  
 BIGGS, J. *Teaching for quality learning at university*. Buckingham: Open University Press, 1999. BROWN, G.; BULL, J.; PENDLEBURY, M. *Assessing student learning in higher education*. London: Routledge, 1997.

CHAVES, S. **Avaliação da aprendizagem no ensino superior: realidade, complexidade e possibilidades.** In: REUNIÃO ANUAL ANPED, 27ª, 2002, Caxambu. Anais... Caxambu: Anped, 2004. p. 1-16.

<b>Disciplina:</b>	Estatística e Análise Educacional
<b>Docente:</b>	DALTON GEAN PEROVANO
<b>Carga horária:</b>	20 horas/aula

**Ementa:** Estatística aplicada à análise educacional.

**Objetivos:** Promover ao discente o conhecimento dos dados relacionados à avaliação do ensino aplicado.

**Conteúdos:** Estatística aplicada à análise educacional. Análise de dados aplicados.

**Procedimentos metodológicos:** exposições dialogadas; leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso, atividade em grupo.

**Avaliação:** à critério do docente

**Bibliografia:**

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. **A incorporação do Instituto de Educação pela FFCL – USP: hipóteses para entender um campo cindido.** In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Anais... GT História da educação, n. 2, CNPQ, 2007. Disponível em: . Acesso em: abr. 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.190 de 04/04/1939.** Organiza a Faculdade Nacional de Filosofia. Diário Oficial da União. Legislação Informatizada, 1939. Disponível em: . Acesso em: 01 set. 2014.

MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica & utopia nos anos 1920- 1930.** São Paulo: Edunesp, 2009.

PIMENTEL, Paulo. **A estatística didática no Brasil.** Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 6, n. 21, p. 5-10, jan./ mar, 1945. Disponível em: . Acesso em: 07 jun. 2014.

<b>Disciplina:</b>	Didática Policial Militar
<b>Docente:</b>	LUCIANO BLASIU
<b>Carga horária:</b>	70 horas/aula

**Ementa:** Teoria e prática da didática no ensino policial militar.

**Objetivos:** Promover o conhecimento teórico/científico no ensino militar, suas características e peculiaridades.

**Conteúdos:** Teoria e prática da didática no ensino policial militar. Métodos de Ensino. Métodos de avaliação. Estudos de casos.

**Procedimentos metodológicos:** exposições dialogadas; leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso, atividade em grupo.

**Avaliação:** à critério do docente.

**Bibliografia:**

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu.** 2. Ed. Petrópolis : Vozes, 2003. BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas.** 2. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2007.

MORAES, L. F. R.; PEREIRA, L. Z.; LOPES, H. E. G.; ROCHA, D. B. FERREIRA, S. A. A.; PORTES, P. C. P. **Estresse e qualidade de vida no trabalho na polícia militar do estado de minas gerais,** 2000.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática.** RAP Rio de Janeiro, 40(1): 27- 55, Jan./Fev. 2006.

<b>Disciplina:</b>	Formulação e Revisão de Malhas Curriculares
<b>Docente:</b>	MARCELO TREVISAN KARPINSKI
<b>Carga horária:</b>	20 horas/aula

**Ementa:** Técnicas de formulação e revisão de malhas curriculares como foco na transversalidade e horizontalidade de ensino.

**Objetivos:** Promover o entendimento sobre a importância da constante observação das malhas curriculares, atentando para as necessidades do aluno.

**Conteúdos:** Técnicas de formulação e revisão de malhas curriculares como foco na transversalidade e horizontalidade de ensino. Aprimoramento de conteúdos, feedback do ensino-aprendizagem.

**Procedimentos metodológicos:** exposições dialogadas; leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso,

atividade em grupo.
<b>Avaliação:</b> à critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> ANTUNES, C. L. <b>O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social.</b> São Paulo: Nota Dez, 1999. ÁVILA, Fernando Bastos de. <b>Pequena enciclopédia de moral e civismo.</b> Rio de Janeiro: Fename, 1978. GRINOVER, Ada Pellegrini. <b>A polícia à luz do direito: a polícia civil e as garantias constitucionais de liberdade.</b> São Paulo: RT, 1991. JARES, Xesús. <b>Educação para a paz: sua teoria e sua prática.</b> Porto Alegre: Artmed, 2002. PAIXÃO, Antônio Luiz. <b>A organização policial numa área metropolitana.</b> Dados. Revista de Ciências Sociais, v. 25, n. 1, 1982. PALAZZO, L. <b>Psicologia, ética e direitos humanos: a evolução dos direitos humanos e suas novas dimensões.</b> Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1998.

<b>Disciplina:</b>	Formulação e Revisão de Planos de Disciplina
<b>Docente:</b>	MARCOS ROBERTO DE SOUZA PERES
<b>Carga horária:</b>	20 horas/aula

<b>Ementa:</b> Técnica de revisão e formulação de planos de disciplina.
<b>Objetivos:</b> Discutir a importância da verificação constante de conteúdos aplicados durante a instrução, formulando os planos de disciplina de acordo com a atualidade.
<b>Conteúdos:</b> Identificação de conteúdos importantes a serem ministrados. Elaboração de planos de disciplina, técnicas de revisão.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> exposições dialogadas; leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso, atividade em grupo.
<b>Avaliação:</b> à critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> Campbell, D.T. e Stanley, J.C. (1966). <b>Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa.</b> São Paulo: Editora da USP. Contandriopoulos, A P., Champagne, F., Potvin, L., Denis, J.L., Boyle, P. (1994) <b>Saber preparar uma pesquisa.</b> São Paulo: Editora Hucitec Abrasco. SERRANO, Gloria. <b>Educação em valores: como educar para a democracia.</b> Porto Alegre: Artmed, 2002. TAVARES, José Vicente. <b>A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência.</b> Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 9, n. 1, 1997.

<b>Disciplina:</b>	Orientação e Supervisão Escolar
<b>Docente:</b>	DENIS WELLINTON VIANA
<b>Carga horária:</b>	20 horas/aula

<b>Ementa:</b> A orientação educacional: evolução histórica e perspectivas. Abordagens da orientação educacional. Atuação do orientador educacional: áreas, atribuições e princípios éticos. Plano de orientação educacional. Organização do serviço de orientação educacional. Noções de orientação vocacional e profissional. Técnicas de medidas e avaliação em orientação educacional.
<b>Objetivos:</b> Orientar o discente sobre as práticas da orientação educacional, promover o entendimento das formas de abordagens, verificar o papel do orientador educacional, suas atribuições e práticas.
<b>Conteúdos:</b> Noções de orientação vocacional e profissional, métodos de abordagem vocacional. Aplicação de avaliação em orientação vocacional. História da orientação educacional.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas;
<b>Avaliação:</b> à critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> ANTUNES, Rosmeiri T. <b>O Gestor Escolar.</b> Maringá, 2008. Disponível em: Acesso em 03 de jul. 2011. BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva; SEIFFERT, Otilia Maria Lúcia Barbosa. <b>O coordenador pedagógico e a avaliação da aprendizagem: buscando uma leitura interdisciplinar.</b> In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (orgs.). <b>O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola.</b> São Paulo: Loyola, 2003, p. 153- 165. GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. <b>Orientação Educacional na Prática: princípios, técnicas e instrumentos.</b> 5 ed. ver. e atual. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.  
LÜCK, Heloísa; FREITAS, Kátia Siqueira de; GIRLING, Robert et al. **A escola participativa: O trabalho do gestor escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.  
ORSOLON, Luzia Angelina Marino. **O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola**. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (orgs.). **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2001, p. 17-25.

<b>Disciplina:</b>	Estrutura e Funcionamento do Ensino na PMPR
<b>Docente:</b>	VALDIR GOEDERT FILHO
<b>Carga horária:</b>	30 horas/aula

**Ementa:** Estrutura do ensino na PMPR. Estabelecimento de ensino. Núcleos de ensino. Canal técnico.  
**Objetivos:** Discutir e avaliação a estrutura de ensino da PMPR, verificar as condições dos estabelecimentos de ensino, bem como as características dos núcleos de ensino da PMPR>  
**Conteúdos:** Verificar a estruturação do ensino na PMPR. Promover discussões sobre a qualidade dos estabelecimentos de ensino, bem como o ensino descentralizado. Atentar para o trabalho desenvolvido pelos núcleos de ensino e o canal técnico desenvolvido pela PMPR.  
**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas;  
**Avaliação:** à critério do docente.

**Bibliografia:**  
BARROS, S. R. **Estrutura e Funcionamento do Ensino de I Grau**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974. BARROS, S. R.. **Estrutura e Funcionamento do Ensino de II Grau**. 2a. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. BASTIDE, R. (org.). **Use sentidos do termo "Estrutura"**. São Paulo: Editora Herder; Editora da USP, 1971.  
BLOOM, Benjamin S.; KRATHWOHL, David R. i MASIA, B. B. **Taxionomia dos Objetivos Educacionais: domínio afetivo**. 5a. ed., Porto Alegre: Globo, 1977.  
BRASIL. **Conselho Federal de Educação. Comissão Central de Revisão de Currículos**. Parecer 672/69. Relator: Valnir Chagas. 4 de set. 1969. Documenta, n. 105, p. 117, 1969.  
BRASIL. **Conselho Federal de Educação. Câmara de Ensino de 1º e 2º graus**. Parecer 45/ 72. Relator: P. José de Vasconcellos. 12 de janeiro de 1972.

<b>Disciplina:</b>	Novas Metodologias de Ensino
<b>Docente:</b>	DENIS WELLINGTON VIANA
<b>Carga horária:</b>	20 horas/aula

**Ementa:** A mídia como recurso para construção de discursos. Mídia e vida humana – implicações e intervenções na natureza humana a partir do aparato tecnológico do Sistema Social da Mídia. Imagens midiáticas e suas relações sociais. Linguagens midiáticas e suas relações sociais. Linguagens midiáticas e suas implicações sobre a formação do sujeito. A mídia como dispositivo pedagógico. Mídia e tecnologia, a ampliação do canal comunicativo. A mídia e seu potencial de (re)significar objetos. A relação da mídia com a educação, no estabelecimento de contextos complexos para a relação ensino/aprendizagem.

**Objetivos:** Avaliar o papel da mídia no contexto educacional, as tecnologias como forma de ensino e aprendizagem. Linguagens midiáticas e sua influência na formação do sujeito.

**Conteúdos:** Implicações da mídia na construção de discursos. As tecnologias como forma de ensino. Linguagem social midiática. A utilização da mídia como dispositivo pedagógico. Relacionar mídia e educação, sua importância no ensino e construção do sujeito.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas;

**Avaliação:** à critério do docente.

**Bibliografia:**  
Jaeger W. **Paidéia: a formação do homem grego**. 3a ed. São Paulo: Martins Fontes; 1995.  
Prigogine I. **O fim das certezas**. São Paulo: Unesp; 1996.  
Schramm FR. **As diferentes abordagens da bioética**. In: Palácios M, Martins A, Pegoraro O, organizadores. **Ética, ciência e saúde**. Petrópolis: Vozes; 2002. p. 28-45.  
Baudrillard J. **A Sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70; 1981.  
SHIGUNOV, V; NETO, A. S. (Orgs.). **A formação profissional e a prática pedagógica**. Londrina: Midiograf, 2001.



<b>Disciplina:</b>	Legislação aplicada ao Ensino Policial Militar
<b>Docente:</b>	VICTOR RODRIGO AMARAL
<b>Carga horária:</b>	30 horas/aula

<b>Ementa:</b> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei de Ensino da PMPR. Portaria de Ensino. Normas técnicas para avaliação do rendimento e da aprendizagem (NOTARA).
<b>Objetivos:</b> Discutir e avaliar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Compreender a Lei Ensino da PMPR e suas portarias. Verificar a aplicabilidade da NOTARA.
<b>Conteúdos:</b> NOTARA – Normas Técnicas para avaliação do rendimento e da aprendizagem. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas; apresentação de seminários, discussão de estudos de caso.
<b>Avaliação:</b> à critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> ALBUQUERQUE, C. L. & MACHADO, E. P. <b>Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar.</b> Sociologias, 3(5): 214-237, 2001. ALVES, G. <b>O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.</b> São Paulo: Boitempo, 2000. AMADOR, F. S. <b>Violência Policial: verso e reverso do sofrimento</b> , 1999. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. BRANT, L. C. & MINAYO-GOMEZ, C. <b>The transformation process of suffering into illness: from the birth of the clinic to the psychodynamic work.</b> Ciência & Saúde Coletiva, 9(1): 213-218, 2004. BRANT, L. C. & MINAYO-GOMEZ, C. <b>Suffering and its destines in working management.</b> Ciência & Saúde Coletiva, 10(4): 935-956, 2005.

<b>Disciplina:</b>	Metodologia para produção de artigo
<b>Docente:</b>	DANIELLY STRINGARI
<b>Carga horária:</b>	20 horas/aula

<b>Ementa:</b> Fundamentos da Metodologia Científica. A comunicação científica. Métodos e técnicas de pesquisa. A comunicação entre orientados/orientadores. Normas para elaboração de Trabalhos acadêmicos. A organização do texto científico (Normas a ABNT).
<b>Objetivos:</b> Preparar o discente para a construção da pesquisa. Formas de escrita. Técnicas para elaboração de artigo científico.
<b>Conteúdos:</b> Associação Brasileira de Normas técnicas (ABNT). Métodos e técnicas de pesquisa.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas; apresentação de seminários, discussão de estudos de caso.
<b>Avaliação:</b> à critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira; ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto. <b>Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica (monografias, dissertações e teses):</b> de acordo com a ABNT 2002. 3. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: S. A. Fabris, 2003. 181 p. [702248] STF 808.066 A473 AMC 3.ED. APPOLINÁRIO, Fabio. <b>Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico.</b> São Paulo: Atlas, 2004. 300 p. [720270] STF R 001.4 A643 DMC. GIL, Antonio Carlos. <b>Como elaborar projetos de pesquisa.</b> 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. MARCONI, Marina de Andrade. <b>Metodologia científica: para o curso de Direito.</b> São Paulo: Atlas, 2000. SALOMON, Delcio Vieira. <b>Como Fazer uma monografia.</b> 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<b>Disciplina:</b>	Educação à distância
<b>Docente:</b>	LUCIANO BLASIIUS
<b>Carga horária:</b>	30 horas

<b>Ementa:</b> Ambientes virtuais de aprendizagem: contextualização. Aspectos pedagógicos dos ambientes virtuais de aprendizagem. Ferramentas de síncrona e assíncrona. Estruturação da ferramenta de aprendizagem colaborativa: área de coordenação, área de conteúdo e área de comunicação.
<b>Objetivos:</b> Desenvolver habilidades do ensino á distancia. Promover a interação com o ambiente virtual. Trabalhar a metodologia de aprendizagem do ambiente virtual.
<b>Conteúdos:</b> Material didático no aprendizado colaborativo. Aprendizagem colaborativa. Aprendizagem

autodirigida. Ferramentas e softwares educativos. Softwares educacionais: software educacional e software aplicativo. Software de apoio ao trabalho administrativo. Software multimídia para consulta: enciclopédias multimídias, visualizadores de imagens por satélite. Softwares educacionais interativos.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas; apresentação de seminários, discussão de estudos de caso.

**Avaliação:** à critério do docente.

**Bibliografia:**  
ALONSO, Kátia Morosov. **Fundamentos de Educação a Distância. Guia Didático.** Cuiabá: NEAD/UFMT, 2001.  
ALONSO, Kátia M. **Novas Tecnologias e Formação de Professores.** In: PRETI, O. (Org.). Educação a Distância: construindo significados. Brasília: Plano, 2000. p. 89-104.  
ALONSO, Kátia M. **A Educação a Distância e um Programa Institucional de Formação de Professores em exercício.** Cuiabá: NEAD/UFMT, 2000. Texto elaborado para o curso de Especialização "Formação de Orientadores Acadêmicos para a Modalidade a Distância".  
CAMPION, Mick. **The supposed demise of Bureaucracy: implications for Distance Education and Open Learning – more on the Post-Fordism debate.** Distance Education, Toowoomba, Austrália, v. 16, n. 2, p. 192- 215, 1995.  
\_\_\_\_\_; RENNERT, William. **The supposed demise of Fordism: implications for distance education and higher education.** In: Distance Education. Toowoomba, Australia, v. 13, n. 1, p. 7-28, 1992.

#### CORPO DOCENTE

	Nome	Instituição	Titulação	Vagas orientação
01	Edna Torres Felício Câmara	Faculdade de Pinhais	Mestre	2
02	Luciano Blasius	Polícia Militar do Paraná	Doutor	4
03	Maria de Fátima Quintal de Freitas	Universidade Federal do Paraná	(Pós)Doutora	2
04	Marcelo Trevisan Karpinski	Polícia Militar do Paraná	Mestre	4
05	Denis Wellington Viana	Polícia Militar do Paraná	Especialista	4
06	Victor Rodrigo Amaral	Polícia Militar do Paraná	Especialista	4
07	Dalton Gean Perovano	Polícia Militar do Paraná	Doutor	4
08	Marcos Roberto de Souza Peres	Polícia Militar do Paraná	Mestre	4
09	Araci Asinelli da Luz	Universidade Federal do Paraná	(Pós)Doutora	2
10	Danielly Stringari	Universidade Estadual do Paraná	(Pós)Doutora	2

#### CRONOGRAMA

##### CRONOGRAMA GERAL

Atividade	Período
Período de divulgação	Junho de 2017
Período de inscrição	1º a 15 set. 2017
Seleção	18 e 19 set. 2017
Resultado da Seleção	22 set. 2017
Matrícula	25 a 29 set. 2017
Homologação dos alunos matriculados	2 out. 2017
Início do curso (Disciplinas)	13 out. 2017
Encerramento das disciplinas	16 abr. 2018
Prazo final para entrega de monografia	19 out. 2018
Entrega do Relatório Final	23 nov. 2018

##### CRONOGRAMA DAS DISCIPLINAS

- A ser definido com os professores. As disciplinas ocorrerão às sextas-feiras (período noturno) e sábados (período matutino e vespertino), totalizando 15 horas por final de semana.

#### ESTRUTURA DIDÁTICA

Controle de frequência: Será feito o controle através de listas de presenças, com a assinatura durante o início de cada hora-aula.

Trabalho de Conclusão: O trabalho de conclusão de curso consistirá num relatório de pesquisa, no format de artigo científico, a ser entregue e avaliado por uma banca composta por três avaliadores.

Certificação: sera emitido certificado de especialista em Gestão Financeira e Orçamentária para os concludentes do curso, com aproveitamento em todas as disciplinas e no trabalho de conclusão de curso.






RECURSOS FINANCEIROS (quando for o caso)

Especificação das despesas	Valor das despesas (R\$)
Obras e instalações	Não há previsão de gastos
Material permanente e equipamentos	3.940,00
Material bibliográfico	3.000,00
Outros serviços de ter. pessoa física	31.500,00
Outros serviços de ter. pessoa jurídica	Custos CAD e Fundação
Passagens e deslocamento com locomoção	Não há previsão de gastos
Locação equip. de reprografia	2.550,00
Material de custeio	Não há previsão de gastos
TOTAL	40.990,00
CUSTOS RESOLUÇÃO CAD	Não há – Lei 17.590/2013, art. 6º, §3º
CUSTOS CONVÊNIO FUNDAÇÃO	12.000,00
TOTAL COM ENCARGOS	52.990,00

PREVISÃO DE FONTES DE RECURSOS

Especificação das receitas	Valor das receitas
Inscrição (por aluno)	A primeira mensalidade
Valor de mensalidades (por aluno)	12*250,00
N. mínimo de pagantes	20
Outras arrecadações	Não há previsão
TOTAL	60.000,00

  
 1º Ten. QOPM Marcos Roberto de Souza Peres,  
 Chefe do Centro de Pesquisa da APMG.

APROVAÇÃO DO COMANDANTE DA ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ

PMPR  
DEP  
APMG  
Gab. Cmdo.

Com base no art. 4º da Resolução nº 011 de 2016, do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Paraná, aprovo a presente proposta de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* e encaminhamento para homologação dos Conselhos Superiores da UNESPAR.

São José dos Pinhais, 14 de agosto de 2017.

  
Ten.-Cel. OOPM Mauro Celso Monteiro,  
Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê



Universidade Estadual do Paraná – Unespar  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG  
Diretoria de Pós-Graduação

ANEXO I  
PROPOSTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – PGLS

Proponente >> Colegiado de Curso >> Conselho de Centro de Área >> Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do Câmpus >> Diretoria de Pós-Graduação >> Conselho de Câmpus

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

<b>Nome do curso:</b>	Gestão Financeira e Orçamentária		
<b>Coordenador(a):</b>	1º Tenente QOPM Marcos Peres		
<b>Colegiado:</b>			
<b>Centro de Área:</b>	Ciências Sociais Aplicadas		
<b>Câmpus:</b>	São José dos Pinhais		
<b>Área do Conhecimento:</b>	Administração Financeira		
<b>Resumo da Proposta:</b>	O programa tem como meta desenvolver habilidades relacionadas à gestão, tendo como foco nos processos relacionados na área de finanças e controladoria, levando em consideração as etapas do planejamento, execução e controle, avaliando sua relevância na estratégia e seu na concretização dos objetivos organizacionais.		
<b>Justificativa:</b>	O estudo da gestão financeira e orçamentária é de suma relevância para as finanças públicas, sendo o controle, uma das atividades primordiais da administração de qualquer organização, seja ela pública ou privada, seguindo as etapas da função administrativa de planejamento, organização, coordenação e controle. Sendo de grande importância o estudo e aprimoramento destas fases.		
<b>Objetivos:</b>	Promover a capacitação do discente nos aspectos teóricos e conceituais da gestão financeira e orçamentária. Preparar o discente para interpretar técnicas e procedimentos de administração financeira e orçamentária, buscando atingir os objetivos da empresa em uma gestão de curto prazo.		
<b>Público Alvo:</b>	Bacharéis em direito, sociólogos, filósofos, educadores que atuam na área do direito, profissionais da educação e da segurança pública.		
<b>Requisitos para inscrição:</b>	ser graduado nas diversas áreas do conhecimento.		
<b>Critérios/Etapas de seleção:</b>	análise de currículo e entrevista.		
<b>Carga Horária:</b>	365 horas		
<b>Mínimo de Vagas:</b>	20	<b>Máximo de Vagas:</b>	30

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

QUADRO DE DISCIPLINAS

	Disciplina	Carga horária	Ementa
01	Teoria Geral da Administração Pública e Organização do Estado	15 horas	Teoria administrativa sob o foco da administração pública. Heranças intelectuais e políticas (Weber, Marx, Wilson, Freud, Fayol, Waldo, Simon, Lindblon).
02	Direito Administrativo	10 horas	Noções de direito administrativo. Atividade administrativa do Estado. Princípios administrativos. Serviço Público.
03	Lei de Responsabilidade Fiscal	10 horas	Princípios da gestão fiscal responsável. Objetivos da Lei Complementar 101/200. Planejamento/Orçamentona LRF.
04	Processo de Improbidade Administrativa	10 horas	Lei 8.429/92: disposições gerais, dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário.
05	Orçamento e Finanças Públicas	60 horas	Lei 4.320/64: princípios orçamentários, orçamento programa, receitas correntes e da capital, despesas correntes e da capital.
06	Contabilidade Pública	40 horas	Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Receita e despesas. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial.
07	Fundos Especiais e Convênios com a administração Pública	25 horas	Estudo e importância da gestão de projetos. Características de projetos. Fases e análise de projeto.
08	Gestão de Projetos	15 horas	Estudo da importância da gestão de projetos. Características de projetos. Fases e análises de projetos. Desenvolvimento de projetos.
09	Planejamento Estratégico	10 horas	O planejamento estratégico como ferramenta essencial para o planejamento e desenvolvimento institucional.
10	Contratos Administrativos e Licitações	60 horas	Licitação pública: conceitos, finalidades, princípios e objeto de licitação. Obrigatoriedade. Fase interna e Fase externa.
11	Cartão Corporativo e Fundo Rotativo	20 horas	Cartão corporativo: conceito, base legal, sistemática e emprego na PMPR. Fundo rotativo: conceito, base legal, prestação de contas, prazo de entregas, multa.
12	Sistema de Abastecimento e de Manutenção da Frota de Veículos do Estado	20 horas	Sistema estadual de abastecimento de veículos: conceito, base legal, sistemática e emprego na PMPR.
13	Práticas	30 horas	SIAF e outros sistemas de controles orçamentários e financeiros utilizados pelo Estado. Licitações e contratos. Cartão Corporativo.
14	Gestão de Materiais e Serviços - GMS	10 horas	Contratações através do sistema de registro de preços. Participação de pregões. Controle e acompanhamento de contratos.
15	Sistema Estadual de Informações – SEI E SEI – CED.	10 horas	Cadastro, controle e acompanhamento de contratos junto ao sistema do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
16	Produção do Conhecimento: metodologia	20 horas	Tipos de conhecimento. Fundamentos e procedimentos de Produção do Conhecimento. Tipos de pesquisa. Fundamentos da metodologia científica

**PLANOS DE ENSINO**

<b>Disciplina:</b>	Teoria Geral da Administração Pública e Organização do Estado
<b>Docente:</b>	Felipe Haleyson Ribeiro dos Santos
<b>Carga horária:</b>	15 horas

**Ementa:** Teoria administrativa sob o foco da administração pública. Heranças intelectuais e políticas (Weber, Marx, Wilson, Freud, Fayol, Waldo, Simon, Lindblon). Tradições de estudo da administração pública. Administração pública antiga. Gerencialistas e o novo serviço público. Dicotomias entre política e administração pública, entre teoria e prática e entre fato e valor. Administração do Estado no que se refere à orçamentação pública.

**Objetivos:** Trabalhar as teorias da Administração, discutindo os diferentes focos de filósofos da administração. Entender os primórdios e avanços da administração, bem como suas tradições. Discutir a administração do estado em referencial ao orçamento público.

**Conteúdos:** Teoria Administrativa. Tradição da Administração. Dicotomia política e administração pública.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas, leitura de textos; estudos dirigidos; estudos de casos; atividades em grupo.

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**

ABB NO BRASIL. **Política de segurança e saúde ocupacional**. 2008. Disponível em: . Acesso em: 25 out. 2012.  
 ARAÚJO, Renata Pereira de. **Avaliação da sustentabilidade organizacional de uma empresa do setor petrolífero**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental) – Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2006.  
 BAPTISTA FILHO, Benjamin M. **Política de segurança e saúde no trabalho**. 2011. Disponível em: . Acesso em: 25 out. 2012.  
 BARNES, Ralph M. **Estudo de movimentos e de tempos: projeto e medida do trabalho**. São Paulo: Edgard Blücher, 1977. Tradução da 6. ed. americana. BUREAU VERITAS BRASIL. Certificação OHSAS 18001. 2007. Disponível em: . Acesso em: 25 out. 2012.  
 CAMFIELD, Claudio Eduardo Ramos; SCHMIDT, Alberto Souza; ANSUJ, Angela Pellegrin; POLACINSKI, Édio; GODOY, Leoni Pentiado. **Análise das práticas de segurança no trabalho em empresas do ramo de mármore e granitos**. In: SIMPEP, XII, 205, Bauru, SP, Brasil. Anais... Bauru, 2005.  
 CARVALHO, Lúcia Maria Gadelha de. **Introdução à teoria geral da administração**. Caderno Pedagógico para o curso Técnico em Administração. MARINGÁ, 2008.

<b>Disciplina:</b>	Direito Administrativo
<b>Docente:</b>	Valdir Goedert Filho
<b>Carga horária:</b>	10 horas

**Ementa:** Noções de Direito Administrativo. Atividade administrativa do Estado. Princípios administrativos. Serviço público. Atos e fatos administrativos. Atividades e poderes administrativos.

**Objetivos:** Delimitar as áreas que abrangem o direito administrativo, bem como seus princípios. Definir os atos que envolvem o serviço público. Compreender as atividades dos poderes administrativos.

**Conteúdos:** Direito Administrativo. Atividade administrativa do Estado. Atos do serviço público. Princípios da Administração.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas; leituras de textos; estudos dirigidos; estudos de caso; atividades em grupo.

**Avaliação:** a critério do docente

**Bibliografia:**

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 17a ed. São Paulo: Método, 2009.  
 ARAÚJO, Luiz Alberto David & NUNES Jr, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 7a ed. São Paulo: Saraiva, 2003.  
 BARCHET, Gustavo. **Direito Administrativo**. 5a ed. Rio de Janeiro:Campus, 2007.  
 BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 44a ed. São Paulo: Saraiva, 2010.  
 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Jurisprudência**. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br>>.  
 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Jurisprudência**. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>>.



<b>Disciplina:</b>	Lei de Responsabilidade Fiscal
<b>Docente:</b>	Valdir Goedert Filho
<b>Carga horária:</b>	10 horas

**Ementa:** Princípios da gestão fiscal responsável. Objetivos da Lei complementar 101/200. Planejamento/orçamento na LRF. Novas normas introduzidas pela LRF para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Receita Pública e transferências. Despesa pública e de pessoal (limites). Dívida e endividamento. Gestão patrimonial. Transferência, controle e fiscalização. Crimes de responsabilidade fiscal.

**Objetivos:** Discutir os princípios da gestão fiscal responsável. Delinear os objetivos da Lei complementar 101/200, bem como discutir as normas da Lei de Diretrizes orçamentárias. Verificar a receita pública e suas transferências., gestão patrimonial e os crimes de responsabilidade fiscal.

**Conteúdos:** Princípios da gestão responsável. Lei complementar 101/200. Planejamento e orçamento na LRF. Diretrizes Orçamentárias. Despesas públicas. Gestão patrimonial. Crimes de Responsabilidade Fiscal.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas; leitura de textos; estudos dirigidos; estudos de casos; atividades em grupo.

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**

ABRUCIO, F. Luis.; COSTA, V. **Reforma do Estado e o Contexto Federativo Brasileiro**. Pesquisas nº 12, São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer, 1999.  
ANDRADE, R. e JACOUD, L. **Estrutura e organização do poder executivo**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, vol 2, 1993.  
BANCO MUNDIAL. **Brazil: from stability to growth through public employment reform**. Report n. 16793-BR. Washington: Latin America and the Caribbean Regional Office, Banco Mundial, 1998.  
BELTRÃO, H. **Descentralização e Liberdade**. Rio de Janeiro, Record, 1984.  
MEIRA PENNA, J. O. **O Dinossauro: uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1988.  
Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do estado**. Brasília, Presidência da República, Imprensa Oficial, novembro, 1995.

<b>Disciplina:</b>	Processo de Improbidade Administrativa
<b>Docente:</b>	Valdir Goedert Filho
<b>Carga horária:</b>	10 horas

**Ementa:** lei 8.429/92: disposições gerais, dos atos de improbidade administrativa, dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, dos atos que atentam contra os princípios da administração pública. Das penas. Da declaração de bens. Do procedimento administrativo e do processo judicial: das disposições gerais. Da prescrição.

**Objetivos:** Discutir a Lei 8.429/92, suas disposições gerais. Entender os atos de improbidade administrativa, bem como os atos que causam prejuízo ao erário.

**Conteúdos:** Atos de improbidade administrativa. Procedimento Administrativo. Processo judicial. Lei 8.429/92. Declaração de bens. Princípios da administração pública.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas.

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**

ANDRADE, Flávia Cristina Moura de; PAVIONE, Lucas dos Santos. **Improbidade Administrativa**. Salvador: Editora Juspodivm, 2010.  
BIANCHINI, Alice; GOMES, Luiz Flávio. **Agentes políticos não estão sujeitos à lei de improbidade administrativa**. In: BOLZAN, Fabrício; MARINELA, Fernanda. **Leituras complementares de direito administrativo**. Salvador: Editora Juspodivm, 2008.  
CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.  
MIRANDA, Gustavo Senna Miranda. **Princípio do juiz natural e sua aplicação na lei de improbidade administrativa**. São Paulo: RT, 2007.  
NEIVA, José Antônio Lisboa. **Improbidade Administrativa**. Niterói: Impetus, 2009.



<b>Disciplina:</b>	Orçamento e Finanças Públicas
<b>Docente:</b>	Lanes Randal Prates Marques
<b>Carga horária:</b>	60 horas

**Ementa:** Lei 4.320/64: princípios orçamentários, orçamento programa, receitas correntes e de capital, despesas correntes e de capital. Unidade orçamentária: ordenador de despesas, unidades orçamentárias (SESP e PMPR), projeto e atividade orçamentária, quadro de detalhamento de despesas, cronograma de desempenho e capacidade de empenho, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores.

**Objetivos:** Construir e ampliar a capacidade do discente referente aos princípios orçamentários. Entender a composição do empenho, conceitos e elementos. Trabalhar a problemática da liquidação de empenho, rubricas orçamentárias, enquadramento de despesas públicas.

**Conteúdos:** Lei 4.320/64. Orçamentos. Unidade Orçamentária. Liquidação de empenho. Interpretação de rubricas orçamentárias. Modelos de planejamento institucional. Plano plurianual. Monitoramento e avaliação do PPA. Sistemas de controles orçamentária e financeiros.

**Procedimentos metodológicos:** Exposições dialogadas, leituras de texto, estudos dirigidos, estudos de caso, atividades em grupo.

**Avaliação:** a critério do docente.

**Bibliografia:**

AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*. 36. ed. São Paulo: Globo, 1996.  
BALEIRO, Aliomar. *Uma introdução à ciência das finanças*. 14. ed. rev. atual. por Flávio Bauer Novelli. Rio de Janeiro: Forense, 1996.  
CAMPOS, Diogo Leite de. *A Jurisdicção dos Impostos: Garantias de Terceira Geração*. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva. *O Tributo. Reflexão Multidisciplinar sobre a sua natureza*. São Paulo: Editora Forense, 2007. CASTRO, D. P. de. *Auditoria e controle interno na administração pública*. São Paulo: Atlas, 2008.  
MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de Custos*. São Paulo: Atlas, 2010. MARTNER, Gonzalo. *A técnica do orçamento por programas e atividades*. FGV, 1972.  
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Disponível em: Acesso em: 27 out. 2011. VIEIRA, Laércio Mendes. *O Processo Orçamentário Brasileiro e o Modelo Principal – Agente: Uma análise Política Positiva*. Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Economia do Setor Público. Brasília, fev/2001.

<b>Disciplina:</b>	Contabilidade Pública
<b>Docente:</b>	Lanes Randal Prates Marques
<b>Carga horária:</b>	40 horas

**Ementa:** Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Receita e despesa. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Balanços públicos. Tomada de contas. Controle interno e externo. Sistemas utilizados pela administração estadual para os controles orçamentários e financeiros.

**Objetivos:** O objetivo da disciplina e proporcionar ao discente o aprimoramento relacionado à contabilidade pública, fornecendo aos futuros gestores informações pertinentes e atualizadas para que possa subsidiar as tomadas de decisão. Discorrer sobre os órgãos de controle interno e externo para o cumprimento da legislação, verificando instituições governamentais e particulares informações estatísticas e outras de interesse dessas administrações.

**Conteúdos:** Contabilidade Pública. Receita e despesas. Contabilidade Orçamentária. Tomada de contas. Administração estadual. Controle orçamentário. Controle financeiro.

**Procedimentos metodológicos:** exposições dialogadas; leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso, atividade em grupo.

**Avaliação:** a critério do docente

**Bibliografia:**

ALMEIDA, M. C. *Auditoria: um curso moderno e completo*. São Paulo: Saraiva, 1994. ANGÉLICO, J. *Contabilidade pública*. São Paulo: Atlas, 1995.  
ANGÉLICO, J. *Contabilidade pública*. São Paulo: Atlas, 1995.  
D'ÁVILA, M. Z.; OLIVEIRA, M. A. M. *Conceitos e técnicas de controles internos de organizações*. São Paulo: Nobel, 2002. IBGE. *Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo*. Disponível em: . Acesso em: 12 jan. 2010.  
SOUZA, D. C. et al. *Controle interno na administração pública municipal*. Paraná. v. 26, n. 2, p. 29-39, maio / agosto 2007.



<b>Disciplina:</b>	Fundos Especiais e Convênios com a Administração Pública
<b>Docente:</b>	Jose Carlos Ludovico
<b>Carga horária:</b>	25 horas
<b>Ementa:</b> Estudo da legislação de criação de fundos. Aplicação de gestão de fundos. Características de fundos. Fundos como fonte de receita. Integração dos fundos do orçamento do Estado. Convênio como fonte de receita. Estudo dos termos de convênios. Aplicação e gestão dos convênios. Características dos convênios. Integração dos convênios no orçamento do Estado.	
<b>Objetivos:</b> Entender a importância dos convênios administrativos, sua função essencial para a Administração Pública, verificando seu papel no cumprimento do exercício de suas ações institucionais. Compreender a funcionalidade dos convênios como fonte de receita.	
<b>Conteúdos:</b> Legislação de criação de fundos. Aplicação de gestão. Características do fundo. Integração do fundo de orçamento do Estado. Estudo dos convênios. Integração dos convênios no orçamento do Estado.	
<b>Procedimentos metodológicos:</b> exposições dialogadas; leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso, atividade em grupo.	
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.	
<b>Bibliografia:</b> AMARO, Luciano. <b>Direito Tributário Brasileiro</b> . 9ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2003. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <b>Direito Administrativo</b> . 17ª edição, São Paulo: Atlas, 2005. _____. <b>Parcerias na Administração Pública: Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização e Outras Formas</b> . 4ª edição, 2ª. tiragem, revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2002. _____. <b>Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos</b> . 4ª edição. São Paulo: Malheiros, 2000. MOTTA, Amilcar. Parecer n. 36/83-AM. <b>Contratos Administrativos e Convênios – Conceituação e Distinção. Outros Atos de Natureza Convencional</b> . IN: Revista de Direito da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro. Vol.37. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Jurídicos, 1985. PISCITELLI, Roberto Bocaccio., et al. <b>Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública</b> . São Paulo: Atlas, 1995.	

<b>Disciplina:</b>	Gestão de Projetos
<b>Docente:</b>	Mauro Celso Monteiro
<b>Carga horária:</b>	15 horas
<b>Ementa:</b> Estudo e importância de projetos. As características de projetos. Fases e análise de projetos. Desenvolvimento de projetos. Gerencia de projetos e suas variáveis. Análise de risco de projetos. Perfil do gesto de projetos. Áreas de conhecimento em projetos.	
<b>Objetivos:</b> Proporcionar ao discente estudos sobre a importância de projetos, definindo duas características, fases e análise. Verificar a dinâmica gerencial do projeto, por meio de suas variáveis. Entender o perfil da gestão de projetos, dentro das áreas de conhecimento dos projetos.	
<b>Conteúdos:</b> Importância de projetos. Características do projeto. Fases do projeto. Gerencia de projetos. Variáveis do projeto. Áreas de conhecimento de projetos.	
<b>Procedimentos metodológicos:</b> exposições dialogadas; leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso, atividade em grupo.	
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.	
<b>Bibliografia:</b> Carvalho, M. M.; Rabechini Jr., R. <b>Fundamentos em Gestão de Projetos: Construindo Competências para Gerenciar Projetos</b> . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Gaither, Norman. "Production and Operations Management" International Edition, 5ª Edição 1992, ISBN 30746221 Heizer, Jay; Render Barry. "Operations Management": International Edition, 7ª Edição 2004.	

<b>Disciplina:</b>	Planejamento Estratégico
<b>Docente:</b>	Mauro Celso Monteiro
<b>Carga horária:</b>	10 horas
<b>Ementa:</b> O planejamento estratégico como ferramenta essencial para o planejamento e desenvolvimento institucional. Aspectos filosóficos, históricos e contemporâneos. O desenvolvimento planejado. Evolução do	



planejamento no Brasil. Abordagens das diretrizes governamentais.
<b>Objetivos:</b> Compreender as ferramentas utilizadas no planejamento estratégico, possibilitando o entendimento do desenvolvimento institucional, abordando aspectos filosóficos e contemporâneos. Verificar as abordagens das diretrizes governamentais.
<b>Conteúdos:</b> Planejamento estratégico. Ferramentas utilizadas no planejamento institucional. Aspectos contemporâneos do planejamento. Diretrizes governamentais.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> exposições dialogadas; leitura de textos, estudos dirigidos, estudos de caso, atividade em grupo.
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> ALBINO, José Coelho de Andrade; GONÇALVES, Carlos Alberto. <b>Estratégia como prática: uma proposta de síntese? EnANPAD.</b> XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2008. ANSOFF, H. Igor. <b>Administração estratégica.</b> São Paulo: Atlas, 1990. BERNADES, M. E. B.; DRUMOND, A. <b>Processo de Implementação de Estratégia: onde estamos e como podemos prosseguir.</b> EnANPAD. XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2008. FREITAS (H.), OLIVEIRA (M.), SACCOL (A.Z.) e MOSCAROLA (J.). <b>O método de pesquisa survey.</b> São Paulo/SP: Revista de Administração da USP, RAUSP, v. 35, nr. 3, Jul-Set. 2000, p.105-112. MINTZBERG, Henry. The Fall and Rise of Strategic Planning. Harvard Business Review, p. 107-114, 1994. . <b>Criando organizações eficazes.</b> São Paulo: Atlas, 2003.

<b>Disciplina:</b>	Contratos Administrativos e Licitações
<b>Docente:</b>	Marcos Roberto de Souza Peres
<b>Carga horária:</b>	60 horas

<b>Ementa:</b> Licitação pública: conceitos, finalidade, princípios e objetivo da licitação. Obrigatoriedade. Fase interna e fase externa. Dispensa e inexigibilidade de licitação. Procedimentos, anulação e revogação. Modalidade e tipo de licitação. Licitações envolvendo microempresas e empresas de pequeno porte. Lei Federal nº 8.666/93. Lei Estadual nº 15.844/08. Lei Federal nº 10.502/02 e suas alterações. Contratos administrativos: teoria geral dos contratos administrativos, conceitos, peculiaridades, interpretação, formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão do contrato administrativo.
<b>Objetivos:</b> Promover ao discente o entendimento da licitação pública, seus conceitos e finalidades. Entender as fases internas e externas. Métodos que asseguram a dispensa e inexigibilidade. Compreender as Leis nº 8.666/93, Lei nº 15.844/08 suas peculiaridades e alterações. Averiguar os contratos administrativos.
<b>Conteúdos:</b> Licitação pública. Fase interna e fase externa. Modalidades e tipos de licitação. Lei Federal nº 8.666/93. Lei Estadual nº 15.844/08. Lei federal nº 10.505/02. Contratos administrativos. Rescisão e revisão de contratos.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas;
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> BRASIL, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 jul. de 2002. Disponível em: < <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm</a> >. Acesso em 23 abr. 2016. BRASIL, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 21 jun. 1993. Disponível em: < <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm</a> >. Acesso em 19 abr. 2016. PÊRA, lausy Anahy Farias Martins. <b>Licitação e Contratos.</b> Maringá: Centro Universitário de Maringá, 2011.

<b>Disciplina:</b>	Cartão Corporativo e Fundo Rotativo
<b>Docente:</b>	José Carlos Ludovico
<b>Carga horária:</b>	20 horas

<b>Ementa:</b> Cartão corporativo: conceitos, base legal, sistemática em emprego na PMPR. Fundo rotativo: conceito, base legal, prestação de contas, prazo de entregas e multa.
<b>Objetivos:</b> Analisar as peculiaridades do cartão corporativo, utilização e fiscalização do uso. Identificar a sistemática do seu emprego no âmbito da PMPR. Averiguar o Fundo rotativo, seus conceitos, prazos e multas.
<b>Conteúdos:</b> Cartão corporativo. Fundo rotativo. Prazos. Multas.



FOLHA Nº 059  
ma

<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas;
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> ANGÉLICO, João. <b>Contabilidade Pública</b> , 8 ed. São Paulo: Atlas, 1994. PISCITELLI, Roberto Bocaccio. <b>Contabilidade Pública: uma abordagem da administração pública</b> , 6 ed. ver., ampliada e atualizada, São Paulo: Atlas, 1999. RESOLUÇÃO Nº 287, <b>fundo rotativo</b> , 2006. SILVA, Lino Martins da. <b>Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo</b> , 7 ed. São Paulo: Atlas 2004.

<b>Disciplina:</b>	Sistema Estadual de Informações – SEI e SEI - CED
<b>Docente:</b>	Carlos Jordão
<b>Carga horária:</b>	10 horas

<b>Ementa:</b> Cadastro, controle e acompanhamento de contratos juntos ao sistema do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
<b>Objetivos:</b> Promover capacitação aos discentes em relação ao acompanhamento de contratos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
<b>Conteúdos:</b> Acompanhamento de contratos junto ao Sistema de Contratos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas;
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> ALVES, F.A. <b>Fundações, organizações sociais agências executivas</b> . São Paulo. LTR, 2000. BRASIL. <b>Constituição: República Federativa do Brasil</b> . Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br">www.planalto.gov.br</a> acesso em: 13 fev. 17. MELLO, C.A.B de. <b>Curso de Direito Administrativo</b> . 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2008. VIOLIN, T. C. <b>Terceiro setor e as parcerias com a administração pública</b> . 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p.124.

<b>Disciplina:</b>	Sistema de Abastecimento e de Manutenção da Frota de Veículos do Estado
<b>Docente:</b>	Carlos Jordão
<b>Carga horária:</b>	20 horas

<b>Ementa:</b> Sistema estadual de abastecimento de veículos: conceito, base legal, sistemática e emprego na PMPR. Sistema estadual de manutenção de veículos: conceitos, base legal, sistemática e emprego na PMPR.
<b>Objetivos:</b> Compreender o funcionamento do sistema de abastecimento dos veículos utilizados na Polícia Militar do estado do Paraná. Verificar os tramites envolvidos na manutenção dos veículos utilizados na Polícia Militar do Estado do Paraná.
<b>Conteúdos:</b> Sistema de Abastecimento de Veículos da PMPR. Sistema Estadual de Manutenção de Veículos.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas; apresentação de seminários, discussão de estudos de caso.
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> MELLO, C.A.B de. <b>Curso de Direito Administrativo</b> . 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2008. PISCITELLI, Roberto Bocaccio. <b>Contabilidade Pública: uma abordagem da administração pública</b> , 6 ed. ver., ampliada e atualizada, São Paulo: Atlas, 1999. AMARO, Luciano. <b>Direito Tributário Brasileiro</b> . 9ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2003.

<b>Disciplina:</b>	Práticas
<b>Docente:</b>	Carlos Jordão
<b>Carga horária:</b>	30 horas

<b>Ementa:</b> SIAF e outros sistemas de controles orçamentários e financeiros utilizados pelo Estado. Licitações e contratos. Cartão corporativo. Fundo rotativo. Sistema de abastecimento de veículos do estado. Sistema de manutenção de veículos do Estado. Ferramentas de controle interno e externo.
<b>Objetivos:</b> Realizar práticas do Sistema de controle orçamentário, licitações e contratos, averiguando o funcionamento do Sistema de Abastecimento e Manutenção de veículos do Estado.



<b>Conteúdos:</b> Prática de controle orçamentário. Licitação. Contratos. Fundo rotativo. Sistema de abastecimento de frotas. Sistema de Manutenção de frotas.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas; apresentação de seminários, discussão de estudos de caso.
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> AULA PRÁTICA

<b>Disciplina:</b>	Gestão de Materiais e Serviços
<b>Docente:</b>	Felipe Haleyson Ribeiro dos Santos
<b>Carga horária:</b>	10 horas

<b>Ementa:</b> Contratações através do sistema de registro de pregões. Participações de pregões. Controle e acompanhamento de contratos.
<b>Objetivos:</b> Entender o funcionamento das contratações através de pregões. Verificar o funcionamento dos pregões, bem como controle e o acompanhamento de contratos.
<b>Conteúdos:</b> Registro de pregões. Participação em pregões. Controle de Contratos. Acompanhamento de contratos.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas; apresentação de seminários, discussão de estudos de caso.
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> Cabanas. <b>Uma visão geral sobre administração de recursos materiais e patrimoniais.</b> São Paulo: Salesiano Lins, 2005. Gasnier, D. <b>Gestão de materiais – a finalidade dos estoques.</b> Disponível no site: <a href="http://www.exercito.exercito.gov.br/06OMs/gabcmtextex/PEGOMs/gabcmtextex/PEGEB/artigopdf/Materiais.PDF">http://www.exercito.exercito.gov.br/06OMs/gabcmtextex/PEGOMs/gabcmtextex/PEGEB/artigopdf/Materiais.PDF</a> , em 24 de janeiro de 2006. Kuehne Jr., M. <b>Logística de materiais: uma abordagem quantitativa.</b> Curitiba: FAE, 2006.

<b>Disciplina:</b>	PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: METODOLOGIA
<b>Docente:</b>	DANYELLE STRINGARI
<b>Carga horária:</b>	20 horas

<b>Ementa:</b> Produção do conhecimento. Conhecimento Filosófico. Conhecimento Teológico. Conhecimento Científico. Fundamentos e Procedimentos de Produção do Conhecimento. Tipos de Pesquisa. O Planejamento da Pesquisa. Relatório de Análise.
<b>Objetivos:</b> Incentivar ao discente a importância da construção textual, seus elementos e peculiaridades. Desenvolver os tipos de pesquisa e sua aplicabilidade.
<b>Conteúdos:</b> Produção científica. Tipos de conhecimento. Tipos de Pesquisa. Conhecimento científico. Planejamento. Pesquisa. Relatório de Análise.
<b>Procedimentos metodológicos:</b> Exposições dialogadas; leitura de textos; estudos dirigidos; estudos de casos; atividades em grupo.
<b>Avaliação:</b> a critério do docente.
<b>Bibliografia:</b> Associação Brasileira de Normas e Técnicas. NBR 6022; informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Mai. _____. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. Ago. _____. NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT 2003. Mai. _____. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.mai. _____. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Nov. _____. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. Ago. _____. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. Dez. atualizada 17 mar. 2011.

NBR 15287: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT. 2005. Dez. atualizada 17 mar. 2011.  
 DIEDRICH, M.M. Bê-a-ba da metodologia de trabalhos acadêmicos e científicos: uma orientação prática a alunos de graduação e de pós graduação. 2 a Ed. Passo Fundo: IMED, 2009.  
 LAKATOS, Eva Maria; MASRCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico: Procedimento Básicos: Pesquisa Bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos. 5 ed. Ver. Amp. São Paulo: Atlas, 2001.  
 SEVERINO, A. J. Metodologia de Trabalho Científico. 21 a. Ed. Rev. Amp. São Paulo: Cortez, 2001.

#### CORPO DOCENTE

	Nome	Instituição	Titulação	Vagas orientação
01	Felipe Haleyson Ribeiro dos Santos	APMG	Mestre	5
02	Valdir Goedert Filho	APMG	Mestre	5
03	Lanes Randal Prates Marques	APMG	Especialista	5
04	José Carlos Ludovico	APMG	Especialista	5
05	Mauro Celso Monteiro	APMG	Mestre	5
06	Marcos Roberto de Souza Peres	APMG	Mestre	5
07	Carlos Jordão	APMG	Especialista	5

#### CRONOGRAMA

##### CRONOGRAMA GERAL

Atividade	Período
Período de divulgação	Junho de 2017
Período de inscrição	1º a 15 jul. 2017
Seleção	17 e 18 jul. 2017
Resultado da Seleção	21 jul. 2017
Matrícula	14 a 28 jul. 2017
Homologação dos alunos matriculados	31 jul. 2017
Início do curso (Disciplinas)	4 ago. 2017
Encerramento das disciplinas	27 jan. 2018
Prazo final para entrega de monografia	29 jun. 2018
Entrega do Relatório Final	20 jul. 2018

##### CRONOGRAMA DAS DISCIPLINAS

- A ser definido com os professores.

#### ESTRUTURA DIDÁTICA

Côntrole de frequência: Será feito o controle através de listas de presenças, com a assinatura durante o início de cada hora-aula.
Trabalho de Conclusão: O trabalho de conclusão de curso consistirá num relatório de pesquisa, no format de artigo científico, a ser entregue e avaliado por uma banca composta por três avaliadores.
Certificação: sera emitido certificado de especialista em Gestão Financeira e Orçamentária para os concludentes do curso, com aproveitamento em todas as disciplinas e no trabalho de conclusão de curso.




FOLHA Nº 062  
me

**RECURSOS FINANCEIROS (quando for o caso)**

Obras e instalações	Não há previsão de gastos
Material permanente e equipamentos	3.940,00
Material bibliográfico	3.000,00
Outros serviços de ter. pessoa física	26.970,00
Outros serviços de ter. pessoa jurídica	Custos CAD e Fundação
Passagens e deslocamento com locomoção	4.000,00
Locação equip. de reprografia	2.550,00
Material de custeio	Não há previsão de gastos
TOTAL	40.460,00
CUSTOS RESOLUÇÃO CAD	Não há – Lei 17.590/2013, art. 6º, §3º
CUSTOS CONVÊNIO FUNDAÇÃO	12.000,00
TOTAL COM ENCARGOS	52.460,00

**PREVISÃO DE FONTES DE RECURSOS**

Especificação das receitas	Valor das receitas
Inscrição	Valor da primeira mensalidade
Valor de mensalidades	12*250,00
N. mínimo de pagantes	20
Outras arrecadações	Não há previsão
TOTAL	60.000,00

  
1º Ten. QOPM Marcos Roberto de Souza Peres,  
Chefe do Centro de Pesquisa da APMG.

APROVAÇÃO DO COMANDANTE DA ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ

PMPR  
DEP  
APMG  
Gab. Cmdo.

Com base no art. 4º da Resolução nº 011 de 2016, do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Paraná, **aprovo** a presente proposta de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* e encaminhamento para homologação dos Conselhos Superiores da UNESPAR.

São José dos Pinhais, 14 de agosto de 2017.

  
Ten.-Cel. QOPM Mauro Celso Monteiro,  
Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê